



**Município de Vale de Cambra**

2

0

**2**

**1**

***Relatório e Contas***



**Município de Vale de Cambra**

2

0

2

1

**Índice**

# Índice

Relatório de Gestão.....	6
Introdução.....	7
Reporte Financeiro.....	9
Análise Económica e Financeira.....	10
Análise Orçamental.....	17
Execução Orçamental da Receita.....	19
Execução Orçamental da Despesa.....	22
Execução das Grandes Opções do Plano.....	27
Alterações Orçamentais.....	29
Serviço da Dívida.....	31
Rácios Orçamentais.....	32
Análise de custo e rendimentos por funções e por unidades orgânicas.....	34
Análise dos Custos por Funções.....	35
Análise dos Custos por Unidades Orgânicas.....	40
Análise dos Rendimentos por Funções.....	42
Outros.....	46
Endividamento Municipal.....	47
Redução dos Pagamentos em Atraso.....	49
Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM)....	50
Covid-19.....	51
Eventos Subsequentes.....	51
Conflito na Ucrânia.....	51
Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais....	52
Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	53
Demonstrações Financeiras.....	54
Balanço.....	55
Demonstração de Resultados por Natureza.....	56
Demonstração das Alterações no Património Líquido 2020.....	57
Demonstração das Alterações no Património Líquido 2021.....	58
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	59
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	61
1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico.....	62
1.1 — Identificação da Entidade e Período de Relato.....	62
1.2 — Referencial contabilístico e demonstrações financeiras.....	66
2. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	69
2.1 - Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	70
2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes.....	70
2.3 Julgamentos que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.....	82
2.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro.....	83
2.5 — Principais fontes de incerteza das estimativas.....	83
3. Ativos Intangíveis.....	84
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	86
6. Locações.....	93
7. Custo de Empréstimos Obtidos.....	93
8. Propriedades de Investimento.....	94
10. Inventários.....	95
13. Rendimento de Transação com Contraprestação.....	95
14. Rendimento de Transação sem Contraprestação.....	97

15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	99
17 – Acontecimentos após a data de relato.....	100
18 - Instrumentos financeiros.....	101
18.1 – Entidades Participadas.....	102
18.2 – Outros Ativos Financeiros.....	103
19 – Benefícios dos Empregados.....	104
20. Divulgação de partes relacionadas.....	104
21 - Relato por segmentos.....	105
23 – Outras Divulgações.....	106
23.1 – Diferimentos Passivos / Subsídios.....	106
23.2 – Outras contas a receber – Acréscimos de Rendimentos.....	106
23.3 – Outras Contas a Pagar.....	107
23.4 – Património Líquido.....	107
23.5 – Subsídios Concedidos.....	108
23.6 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	108
23.7 – Garantias e Avals.....	108
23.8 – Cauções e Retenções.....	109
23.9 – Covid-19.....	109
Mapas Anexo às Demonstrações Financeiras.....	111
Aprovação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	112
Demonstrações Orçamentais e Mapas Anexo.....	113
Orçamento e Plano Orçamental Plurianual.....	114
Plano Plurianual de Investimento.....	115
Demonstração de Desempenho Orçamental.....	116
Demonstração de Execução Orçamental da Receita.....	117
Demonstração de Execução Orçamental da Despesa.....	118
Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	119
Alterações Orçamentais da Receita.....	120
Alterações Orçamentais da Despesa.....	121
Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos.....	122
Operações de Tesouraria.....	123
Contratação Administrativa – Situação dos Contratos.....	124
Contratação Administrativa – Adjudicações por Tipo de Procedimento.....	125
Transferências e Subsídios Concedidos.....	126
Transferências e Subsídios Recebidos.....	127
Encargos Contratuais.....	128
Outros Mapas a Divulgar.....	129
Ata da Deliberação Fixação do Número de Vereadores.....	130
Delegação de Competências.....	131
Mapa de Empréstimos.....	132
Relação Nominal de Responsáveis pela Execução Financeira e Orçamental.....	133
Responsáveis pelas Demonstrações Financeiras.....	134
Responsáveis pelas Demonstrações Orçamentais.....	135
Mapa dos Investimentos Financeiros.....	136
Mapa de Acumulação de Funções.....	137
Extratos Saldos Bancários Reportados ao fim do Exercício e dos Juros Obtidos no Exercício.....	138
Reconciliações Bancárias.....	139
Síntese das Reconciliações Bancárias.....	140
Dívida Total.....	141
* Entidades Relevantes para Efeitos da Dívida Total.....	141
* Apuramento da Dívida Total.....	141
Transferência de Competências de Órgãos do Estado.....	142
Delegação de Competências do Município.....	143

Norma de Controlo Interno.....	144
Declarações Previstas na Alíneas a) e b) - n.º 1, artº15.º da Lei 22/2015, 17 de março.....	145
* Declaração de Compromissos Plurianuais.....	145
* Declaração de Pagamentos em Atraso.....	145
* Declaração de Recebimentos em Atraso.....	145
Declaração de Responsabilidade.....	146
Ata da Reunião de Apreciação e de Aprovação das Contas.....	147



**Município de Vale de Cambra**

2

0

**2**

**1**

**Relatório de Gestão**

## Introdução

Conforme oportunamente referido aquando da apresentação do relatório de gestão relativo ao ano de 2020, tanto a publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, como a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, são documentos essenciais, orientadores para a reforma da gestão pública.

O objetivo primeiro do SNC-AP consiste na promoção da harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, a uniformização de procedimentos, a melhoria da transparência das contas públicas, ao mesmo tempo que contribui para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e para o relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

O presente relatório de gestão procede a uma análise não só da execução do orçamento do Município de Vale de Cambra no ano de 2021, mas também analisa a sua situação económico-financeira, assim como inclui outras considerações relevantes nos termos da legislação e normativos aplicáveis.

Essa análise alicerça-se, em primeira instância, no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (GOP) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – oportuna e devidamente apreciados e aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vale de Cambra no ano de 2020.

Adicionalmente, são apresentadas e detalhadas informações baseadas em documentos contabilísticos que possuem um carácter que é essencialmente de natureza patrimonial, económica e financeira, como é o caso de documentos essenciais como o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entre outros.

Assim, tanto os indicadores de gestão relacionados com a receita como os indicadores de gestão interligados com a despesa são objeto de análises pormenorizadas no presente relatório.

No que concerne à estrutura da receita, efetuam-se análises quanto aos seus aspetos

globais, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental. No que diz respeito à estrutura da despesa, os critérios de apresentação que se utilizam seguem caminhos semelhantes aos trilhados aquando da apresentação da receita. Ainda assim, procede-se à junção de análises ainda com mais detalhe e referentes à desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas que constituem o Plano Plurianual de Investimentos.

Efetua-se também à comparação entre a receita arrecadada e a despesa paga, tendo em vista a inclusão nos presentes documentos do valor que oportunamente (em Assembleia Municipal realizada a 18 de fevereiro de 2022) foi utilizado numa alteração orçamental modificativa incluída no Orçamento de 2022, procedendo sempre de acordo com a legislação em vigor, no caso, de acordo com o preceituado na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – LOE para 2021, no seu artigo 130.º, onde se encontra plasmado que “Após aprovação do mapa “Fluxos de caixa” pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”.

Para cumprimento do objetivo basilar do presente relatório – informação que se revista de coerência, utilidade e fiabilidade, o relato das contas do Município de Vale de Cambra dispõe-se em diversos pontos essenciais, que se juntam à presente introdução.

Neste contexto, é apresentado o Reporte Financeiro, seguido tanto de uma Análise Económica e Financeira como de uma Análise Orçamental. Para além disso, são incluídos outros aspetos, relacionados com endividamento e redução de pagamentos em atraso, proposta de aplicação de resultados e a atualização da informação relacionada com a covid-19 e com o conflito que eclodiu na Ucrânia em 2022.

Em anexo é apresentado organigrama em vigor em 2021, a composição do Órgão Executivo e delegação de competências, entre outra informação que consideramos ser de divulgar.

Assim, submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado dos documentos de prestação de contas que dizem respeito ao ano de 2021 e que estão associados a esse relatório, dando-se cumprimento ao preceituado no Sistema de Normalização Contabilística para as Autarquias Locais.



## Reporte Financeiro

É sabido que o SNC-AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional. Tal fato encerra em si mesmo uma nova visão de prestação de contas que, para além do cumprimento legal, permite a verificação da harmonização, da credibilidade, da transparência e da comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. Assim, o foco centra-se cada vez mais no reporte de informação útil, seja com caráter financeiro ou não financeiro, que reflita, de uma forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, através da norma de contabilidade pública (NCP) 26, de contabilidade financeira, através da NCP 1 e de contabilidade de gestão, através da NCP 27. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. Não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta de tempo e recursos necessários, situação que prevemos seja ultrapassada no decurso do exercício de 2022. No entanto é apresentado no presente Relatório uma análise dos custos e rendimentos por funções e por unidades orgânicas.

É efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão. Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Posto isto, a análise que adiante se efetua está sustentada nos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se seguem.

## Análise Económica e Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, essencialmente, por proporcionar informação útil aos seus públicos-alvo, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As Demonstrações Financeiras (DF's) foram preparadas e apresentadas de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública (NCP) do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

A NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, estabelece a estrutura e conteúdo do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração das alterações no Património Líquido e do Anexo às DF's.

Os comparativos apresentados, referentes ao ano de 2020, são comparáveis com os do ano 2021.

O Balanço é a peça das demonstrações financeiras que permite uma melhor compreensão da posição financeira da entidade e temos o ativo e o passivo do balanço divididos em “não corrente” e “corrente”.

### EVOLUÇÃO DO ATIVO

Rubricas	2021	2020
<b>ATIVO</b>		
Ativo não corrente	79 609 043,95 €	79 143 274,36 €
Ativos fixos tangíveis	76 980 518,58 €	76 278 127,96 €
Propriedades de investimento	442 982,04 €	454 047,12 €
Ativos intangíveis	265 810,86 €	284 186,89 €
Participações financeiras	1 911 163,53 €	2 117 545,58 €
Clientes, contribuintes e utentes	8 568,94 €	9 366,81 €
Ativo corrente	14 170 359,06 €	13 746 409,12 €
Inventários	264 317,72 €	269 639,50 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	462 396,04 €	227 864,31 €
Clientes, contribuintes e utentes	150.207,55 €	162 181,96 €
Estado e outros entes públicos	38 404,98 €	5 409,60 €
Outras contas a receber	3 736 019,64 €	3 866 301,08 €
Diferimentos	9 517,21 €	13 409,09 €
Caixa e depósitos	9 509 495,92 €	9 201 603,58 €
<b>Total Ativo</b>	<b>93 779 403,01 €</b>	<b>92 889 683,48 €</b>

Numa primeira análise é possível constatar que o Ativo registou um aumento de 0,96% face a 2020, equivalente a uma diferença de 889.719,53€.

Quanto à estrutura do ativo, são os Ativos Fixos Tangíveis a deter o maior peso relativo, com 82,09%, seguido de Caixa e Depósitos com 10,14%.

#### EVOLUÇÃO DO PASSIVO

Rubricas	2021	2020
<b>PASSIVO</b>		
Passivo não corrente	8 955 863,06 €	9 601 872,53 €
Provisões	726 352,35 €	548 969,31 €
Financiamentos obtidos	8 057 493,21 €	8 895 010,72 €
Outras contas a pagar	172 017,50 €	157 892,50 €
Passivo corrente	4 311 506,47 €	6 677 560,99 €
Fornecedores	181 822,95 €	168 544,06 €
Estado e outros entes públicos	61 055,82 €	59 068,01 €
Financiamentos obtidos	837 468,53 €	959 810,88 €
Fornecedores de investimentos	2 643,46 €	57 241,78 €
Outras contas a pagar	1 765 023,30 €	2 233 258,45 €
Diferimentos	1 463 492,41 €	3 199 637,81 €
<b>Total Passivo</b>	<b>13 267 369,53 €</b>	<b>16 279 433,52 €</b>

No outro membro do Balanço, o Passivo, verificamos uma diminuição de 3.012.063,99€, que corresponde a uma diminuição de 18,50%, totalizando 13.267.369,53€.

As rubricas que detêm maior predominância no Passivo são os Financiamentos Obtidos e a relativa a Outras Contas a Pagar.

Relativamente aos Financiamentos Obtidos pertencentes ao Passivo Não Corrente, verificamos uma redução de 9,42%, o que se traduz na amortização dos empréstimos de médio e longo prazo no valor total de 837.517,51€.

### EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Rubricas	2021	2020
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património Líquido	80 512 033,48 €	76 610 249,96 €
Património/Capital	20 811 649,64 €	20 811 649,64 €
Reservas	2 170 011,58 €	2 113 718,47 €
Resultados transitados	35 594 667,92 €	34 525 098,84 €
Ajustamentos em ativos financeiros	715 035,50 €	869 160,33 €
Outras variações no património líquido	21 086 851,65 €	17 164 760,49 €
Resultado líquido do período	133 817,19 €	1 125 862,19 €
<b>Total Património Líquido</b>	<b>80 512 033,48 €</b>	<b>76 610 249,96 €</b>

Relativamente ao Património Líquido verifica-se que, no essencial, a sua variação no total, com mais 3.901.783,52€ face a 2020 se deve ao efeito positivo no valor de Outras variações no património líquido, com um impacto de 3.922.091,16€, e do aumento de 1.069.569,08€ de Resultados Transitados via aplicação de resultados de 2020. Em sentido contrário está a diminuição do Resultado líquido do Exercício em 992.045,00€, e dos Ajustamentos em ativos financeiros no valor de 154.124,83€, movimento que resulta da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial às participadas do Município.

A Demonstração de Resultados por Natureza é o instrumento contabilístico que reflete o desempenho do Município, demonstrando como se formaram os resultados, comparando os rendimentos e gastos.

Como se pode verificar pela estrutura e evolução dos Gastos do Município que se apresenta no quadro a seguir, assiste-se em 2021, um aumento face ao ano transato, no montante de 1.243.631,58€.

## EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Rubricas	2021	2020
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-52 257,22 €	-66 683,62 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-430 431,17 €	-439 072,66 €
Fornecimentos e serviços externos	-4 424 614,87 €	-4 174 896,07 €
Gastos com pessoal	-4 607 941,86 €	-4 465 782,01 €
Transferências e subsídios concedidos	-1 536 593,35 €	-1 137 766,98 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-74 483,53 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-15 285,24 €	-7 061,36 €
Provisões (aumentos/reduções)	-189 124,59 €	
Outros gastos	-347 304,62 €	-308 349,47 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 799 570,18 €	-3 624 314,91 €
Juros e gastos similares suportados	-134 132,86 €	-144 180,83 €
<b>Total de Gastos</b>	<b>-15 611 739,49 €</b>	<b>-14 368 107,91 €</b>

Mais especificamente, verifica-se que em termos absolutos, as maiores variações relativamente ao aumento de gastos face ao ano de 2020 se apresentam em Transferências e Subsídios Concedidos, com um aumento de 398.826,37€, seguido de um aumento de Provisões no valor de 311.624,59€ (de notar que em 2020 esta rubrica tinha valor em “Rendimentos”), dos Fornecimentos e Serviços Externos com um aumento de 249.718,80€, dos Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização com um aumento de 175.255,27€ e dos Gastos de Pessoal com um aumento de 142.159,85€.

Em sentido contrário, verifica-se uma diminuição de 14.426,40€ em Gastos Imputados de Entidades Controladas, Associadas a Empreendimentos Conjuntos, 10.047,97€ de diminuição em Juros e Gastos Similares Suportados e 8.641,49€ de diminuição no Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

Relativamente à estrutura e evolução dos Rendimentos obtidos pelo Município, podemos verificar pelo quadro que a seguir é apresentado que no global assistimos a um aumento dos rendimentos obtidos em 2021 face a 2020 no valor total de 251.586,58€.

## EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Rubricas	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	4 391 098,71 €	4 361 725,08 €
Vendas	789 047,32 €	770 972,39 €
Prestações de serviços e concessões	552 495,95 €	568 625,04 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 446 015,12 €	7 264 728,10 €
Trabalhos para a própria entidade	304 833,00 €	201 273,70 €
Provisões (aumentos/reduções)		122 500,00 €
Outros rendimentos	2 257 781,69 €	2 204 145,79 €
Juros e rendimentos similares obtidos	4 284,89 €	0,00 €
<b>Total rendimentos</b>	<b>15 745 556,68 €</b>	<b>15 493 970,10 €</b>

O referido aumento teve por base essencialmente o acréscimo de 181.287,02€ na rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos e o aumento de 103.559,30€ em Trabalhos para a Própria Entidade. Em sentido contrário, é de notar essencialmente o efeito negativo mencionado anteriormente nas Provisões (aumentos/reduções).

A Demonstração das Alterações no Património Líquido que se apresenta em anexo, foi elaborada de acordo com a NCP1, e evidencia o resultado do período e outros ajustamentos que foram reconhecidos diretamente no património líquido.

A demonstração dos fluxos de caixa relata os fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2021 e está classificada por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Proporciona informação que permite avaliar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade, quantia de caixa e equivalentes de caixa, recebimento e pagamentos ocorridos associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria), saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.

As operações de tesouraria são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços municipais efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro que se segue apresenta uma síntese dos movimentos dos fluxos de caixa ocorridos ao longo do exercício económico de 2021.

## FLUXOS DE CAIXA

Recebimentos e Pagamentos	2021	
<b>Fluxos de Caixa das atividades operacionais</b>	<b>1 756 813,51 €</b>	
Recebimentos	13 378 495,96 €	
Pagamentos		11 621 682,45 €
<b>Fluxos de Caixa das atividades de investimento</b>		<b>354 848,22 €</b>
Recebimentos	4 036 266,06 €	
Pagamentos		4 391 114,28 €
<b>Fluxos de Caixa das atividades de financiamento</b>		<b>1 094 072,95 €</b>
Recebimentos	0,00 €	
Pagamentos		1 094 072,95 €
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>307 892,34 €</b>	

<b>Saldo de gerência anterior (SGA)</b>	<b>9 201 603,58 €</b>
SGA De execução orçamental	8 312 459,02 €
SGA De operações de tesouraria	889 144,56 €

<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>	<b>9 509 495,92 €</b>
SGS De execução orçamental	8 850 781,04 €
SGS De operações de tesouraria	658 714,88 €

Analisando os movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2021, é lícito concluir que o montante que deriva da poupança nas atividades operacionais, no valor de 1.756.813,51€ (diferença entre os recebimentos relativos às atividades operacionais e os pagamentos), foi utilizado para custear as atividades de investimento e as atividades de financiamento.

Aos valores relativos da variação de caixa e seus equivalentes de 2021 soma-se o saldo da gerência anterior que totaliza 9.201.603,58€ e se divide em 8.312.459,02€ relativo à execução orçamental e 889.144,56€ relativo a operações de tesouraria.

Consequentemente, resulta que o saldo para a gerência seguinte é de 9.509.495,92€, dividido em 8.850.781,04€ que diz respeito a execução orçamental e 658.714,88€ que se refere a operações de tesouraria.

Em Assembleia Municipal realizada a 18 de fevereiro de 2022, aquele valor de 8.850.781,04€ foi utilizado numa alteração orçamental modificativa efetuada ao

Orçamento de 2022, procedendo sempre de acordo com a legislação em vigor, no caso, de acordo com o preceituado na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – LOE para 2021, no seu artigo 130.º: “Após aprovação do mapa “Fluxos de caixa” pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”.



## Análise Orçamental

Por forma a conseguir obter uma melhor compreensão da dinâmica da execução orçamental, apresenta-se de seguida uma análise comparativa entre os valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa, o que permite a avaliação da fiabilidade do Orçamento do Município, bem como a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

A estrutura orçamental baseia-se em receitas correntes e receitas de capital, que, por sua vez, suportam diferentes tipologias de despesa, e está sujeita ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização da receita angariada face às necessidades de despesa existentes.

As taxas de execução da despesa referem-se a obrigações efetivamente pagas (e não a despesas com a totalidade dos compromissos assumidos) no exercício de 2021. Já a taxa de execução da receita relativiza a cobrança efetiva relativamente à cobrança orçada.

### EXECUÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2021

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO (b)/(a)
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	
<b>1 – Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>8 312 459,02</b>	<b>8 312 459,02</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>
Receitas Correntes	15 016 935,21	14 295 804,98	-721 130,23	95,20%
Receitas de Capital	3 938 064,79	3 345 260,22	-592 804,57	84,95%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,00	0,00	-
<b>2 – Total de Receitas</b>	<b>27 267 459,02</b>	<b>25 953 524,22</b>	<b>-1 313 934,80</b>	<b>95,18%</b>
Despesas Correntes	14 271 642,02	11 232 764,75	-3 038 877,27	78,71%
Despesas de Capital	12 995 817,00	5 869 978,43	-7 125 838,57	45,17%
<b>3 – Total de Despesas</b>	<b>27 267 459,02</b>	<b>17 102 743,18</b>	<b>-10 164 715,84</b>	<b>62,72%</b>

Verifica-se, na sequência da análise efetuada, que o total do orçamento final para o exercício foi de 27.267.459,02€, sendo o total da receita cobrada (incluindo saldo de gerência anterior) de 25.953.524,22€ e o total da despesa paga de 17.102.743,18€.

O valor total da despesa paga corresponde a um valor que ultrapassa os 17 milhões de euros, o que se traduz num índice de realização do orçamento da despesa de 62,72%.

A taxa de execução das despesas de investimento ascendeu a 45,17%, tendo-se aproximado dos 6 milhões de euros. Já as despesas correntes apresentaram uma execução de 78,71%, o que determina que sejam estas as despesas que mais convergem para a execução orçamental.

As receitas correntes apresentam uma execução de 95,20%, o que significa que do total de 15.016.935,21€ previstos arrecadar foram cobrados 14.295.804,98€, originando um desvio de (-) 721.130,23€.

No que se refere às receitas de capital, para uma previsão final de 3.938.064,79€ arrecadou-se 3.345.260,22€, ou seja, 84,95% face ao valor previsto, gerando um desvio de (-) 592.804,57€.

## Execução Orçamental da Receita

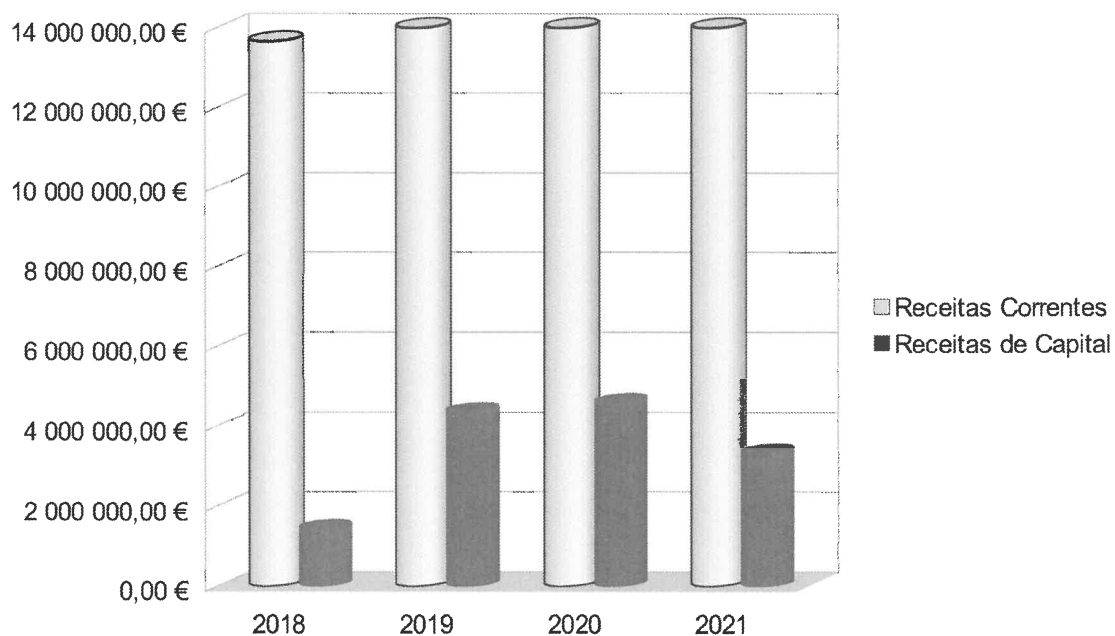
No quadro e gráfico que a seguir se apresentam observam-se os valores da receita executada ao longo dos quatro últimos exercícios.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA DE 2018 A 2021

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2018		2019		2020		2021	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	13 672 376,31 €	90,42%	14 087 420,88 €	76,32%	14 051 223,58 €	75,33%	14 295 804,98 €	81,04%
Receitas de Capital	1 449 210,69 €	9,58%	4 371 131,16 €	23,68%	4 600 968,39 €	24,67%	3 345 260,22 €	18,96%
<b>Total</b>	<b>15 121 587,00 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>18 458 552,04 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>18 652 191,97 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>17 641 065,20 €</b>	<b>100,00%</b>

### EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2021



A execução da receita para o ano de 2021 foi de 17.641.065,20€, dos quais 14.295.804,98€ dizem respeito ao montante das receitas correntes e 3.345.250,22€ correspondem às receitas de capital executadas.

O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 93,07%, face às previsões corrigidas.

Observando-se a totalidade das receitas, verifica-se que as receitas correntes apresentam uma maior expressividade na sua cobrança face às receitas de capital, correspondendo a um peso de 81,04% e 18,96%, respetivamente.

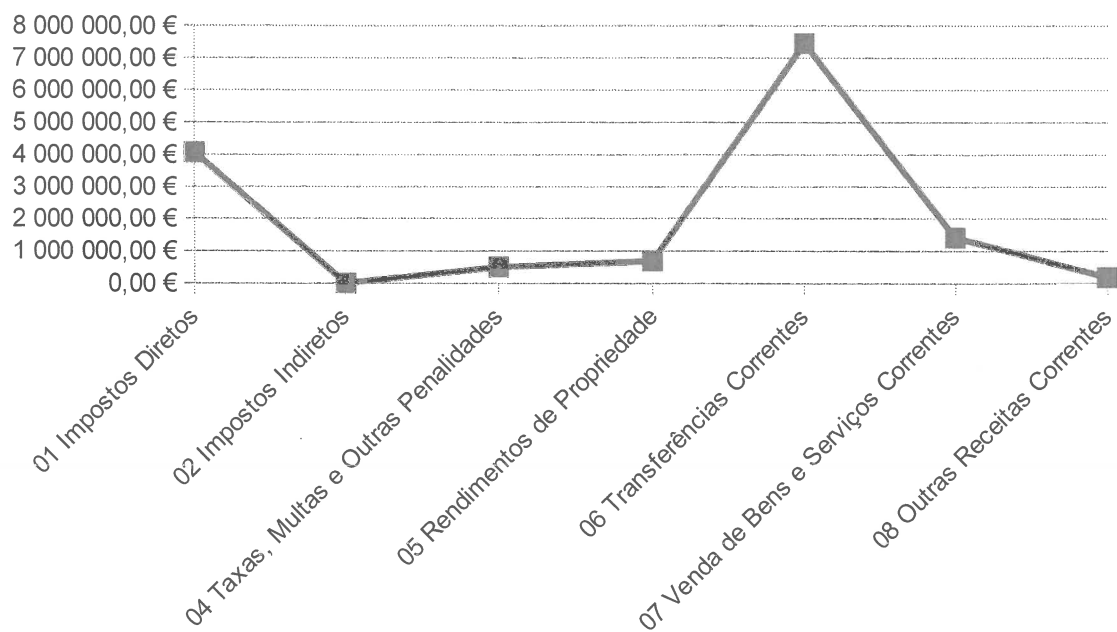
#### EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

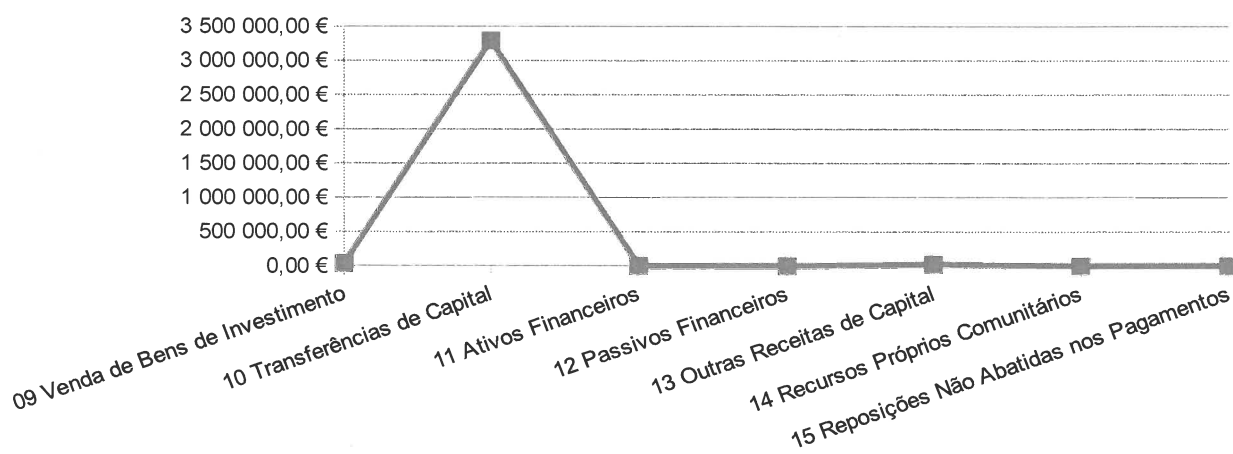
DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA LIQUIDA			
	2018	2019	2020	2021
01 Impostos Diretos	4 067 164,48	3 963 797,69	3 831 484,88	4 060 124,44
02 Impostos Indiretos (1)	202 502,25	323 013,92	285 326,81	0,00
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	329 221,15	307 526,48	318 927,80	498 387,01
05 Rendimentos de Propriedade	681 365,59	684 300,60	685 144,87	686 411,44
06 Transferências Correntes	6 613 364,60	6 876 390,82	7 383 222,68	7 458 403,23
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1 609 902,76	1 667 472,15	1 414 649,64	1 412 812,62
08 Outras Receitas Correntes	168 855,48	264 919,22	132 466,90	179 666,24
09 Venda de Bens de Investimento	165 784,38	278 468,31	273 893,50	33 864,00
10 Transferências de Capital	1 283 426,31	4 092 662,85	3 369 194,23	3 292 519,30
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00	900 719,92	0,00
13 Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	57 160,74	18 876,92
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Saldo da Gerência Anterior	4 531 239,01	5 152 903,94	5 739 343,20	8 312 459,02
<b>Total</b>	<b>19 652 826,01</b>	<b>23 611 455,98</b>	<b>24 391 535,17</b>	<b>25 953 524,22</b>

(1) – Por força de alteração do classificador contabilístico, a tipologia 02 Impostos Indiretos foi retirada do plano de contas orçamental municipal

### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA CORRENTE EM 2021



### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA DE CAPITAL EM 2021



Efetuada a análise ao conjunto de receitas arrecadadas, conforme se apresentam nos gráficos e quadro anteriores, é possível verificar que as receitas próprias do Município, resultantes dos impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes, representam um montante muito significativo, atingindo o valor de 6.837.401,75€, a que se junta o valor do saldo de gerência de 2020 de 8.312.459,02€, totalizando assim 15.149.860,77. Ainda assim, as transferências correntes e de capital são tidas como essenciais na arrecadação da receita do Município, alcançando em 2021 os montantes de 7.458.403,23€ e 3.292.519,30€, respetivamente.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que apresentam maior expressividade, dado que atingem 4.060.124,44€ na gerência de 2021, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.412.812,62€. A venda de bens de investimento resultaram numa taxa de execução de 14,08%, em 2021, resultado do peso da execução no valor de 33.864,00€ face ao montante previsto de 240.550,00€.

Excluindo-se o saldo da gerência anterior, a receita líquida cobrada em 2021 alcançou o valor de 17.641.065,20, voltando a assistir-se, de forma semelhante ao que vinha acontecendo nos exercícios económicos anteriores, a primazia das receitas correntes em relação às receitas de capital, bem por força dos impostos diretos e principalmente das transferências correntes.

## **Execução Orçamental da Despesa**

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, que se traduz nas disponibilidades de tesouraria até 31 de dezembro de cada exercício económico. Tal representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores e que seja paga no ano económico em questão.

Assim, e tendo presente a responsabilidade que as autarquias locais têm na prestação de diversos serviços públicos da maior necessidade para as suas populações, como são exemplo a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento do território, recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, é imperativo que estes mesmos serviços

orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência, eficácia e eficiência.

Por conseguinte, procede-se, neste ponto, a uma análise da despesa executada, onde se identifica, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza mais específica, como sejam despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, entre outras.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA DE 2018 A 2021

Un.: Euros (€)

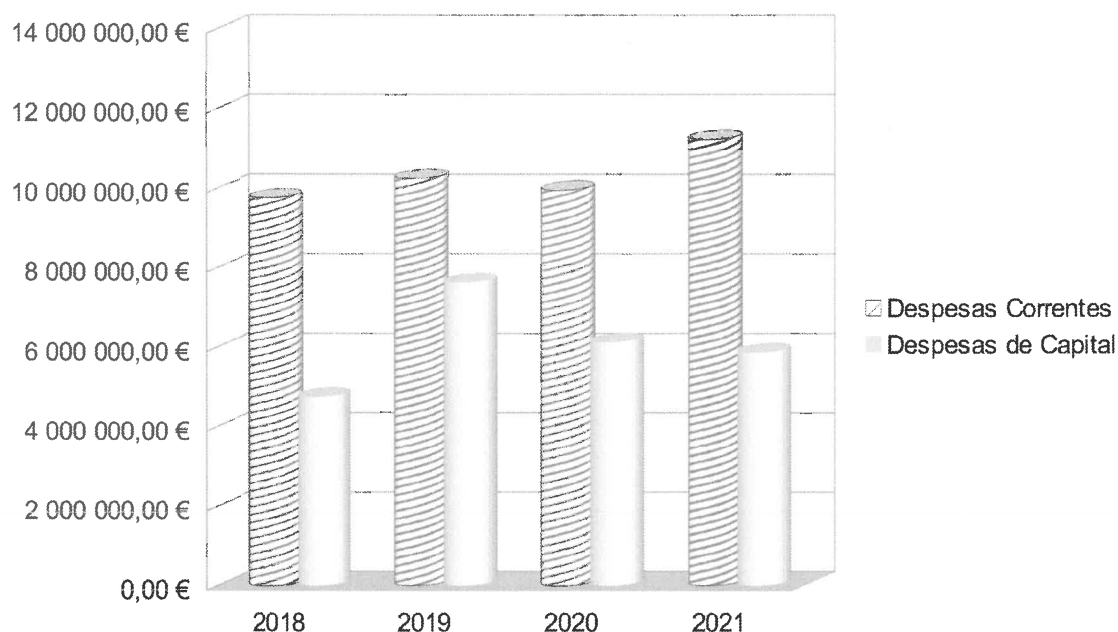
DESIGNAÇÃO	2018		2019		2020		2021	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	9 749 607,16	67,24%	10 245 202,57	57,33%	9 953 221,71	61,90%	11 232 764,75	65,68%
Despesas de Capital	4 750 314,91	32,76%	7 626 910,21	42,67%	6 125 854,44	38,10%	5 869 978,43	34,32%
<b>Total</b>	<b>14 499 922,07</b>	<b>100,00%</b>	<b>17 872 112,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>16 079 076,15</b>	<b>100,00%</b>	<b>17 102 743,18</b>	<b>100,00%</b>

Uma análise à evolução global da despesa paga, no período de 2018 a 2021, permite observar um novo aumento de despesas correntes pagas em 2021 face a 2020. Verifica-se uma diminuição, desde 2019, nos dados relativos ao pagamento de despesas de capital relacionado com a fase final do quadro Portugal 2020, mas cujo valor, ainda assim, representa mais de 34% do valor total pago.

Conclui-se, com recurso ao quadro anterior, que a despesa paga em 2021 se cifrou em 17.102.743,18€, apresentando um aumento, relativamente a 2020, de 1.023.667,030€. Analisando o global da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução de 62,72% em relação ao valor total previsto de 27.267.459,02€, para o exercício de 2021.

Da análise aos montantes previsionais, face à execução da natureza da despesa concluímos que a despesa corrente, com um valor previsional de 14.271.642,02€, contribuiu com um peso de 78,71% para o maior rigor da previsão orçamental. Já a despesa de capital, com uma previsão de execução de 12.995.817,00€, alcançou um grau de execução de 45,17%.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA DE 2018 a 2021



Do montante total de despesa executada, 11.232.764,75€ correspondem a despesas de natureza corrente e 5.869.978,43€ respeitam a despesas de capital, representando um peso de 65,68% e 34,32%, respetivamente.

### EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA 2018 A 2021 POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

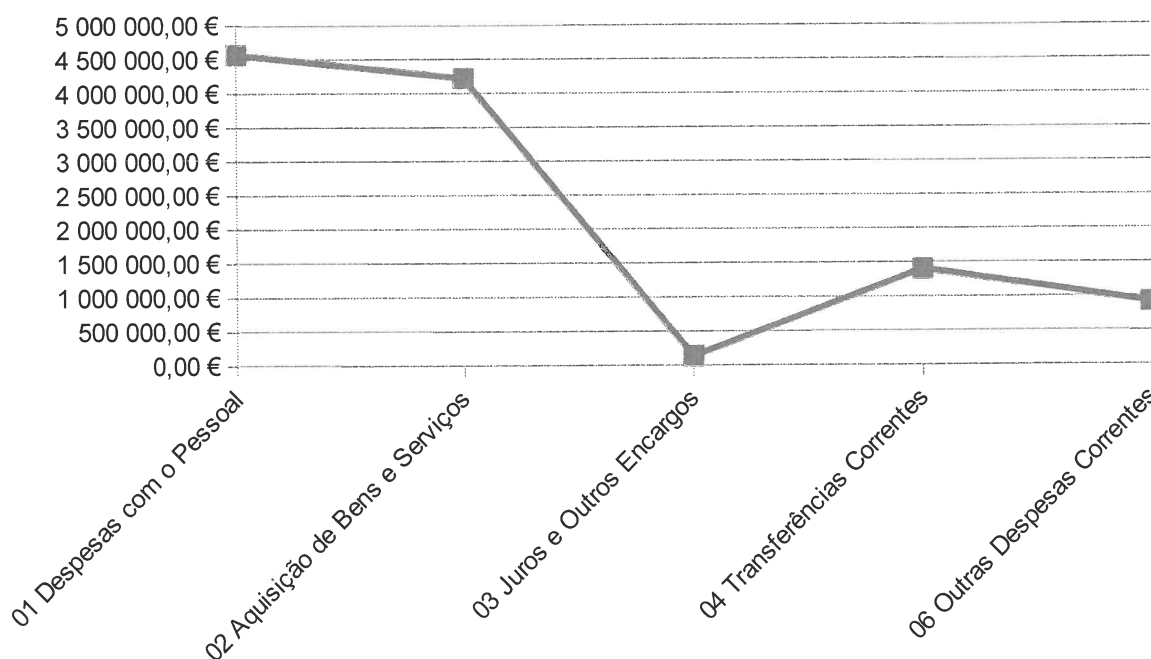
DESIGNAÇÃO	DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS			
	2018	2019	2020	2021
01 Despesas com o Pessoal	4 149 745,84	4 384 720,89	4 367 209,27	4 571 356,09
02 Aquisição de Bens e Serviços	3 454 292,76	3 746 242,85	3 774 262,03	4 219 484,87
03 Juros e Outros Encargos	155 265,90	159 031,21	139 101,20	129 609,84
04 Transferências Correntes	1 215 965,59	1 193 242,14	1 100 496,81	1 400 525,83
06 Outras Despesas Correntes	774 337,07	761 965,48	572 152,40	911 788,12
07 Aquisição de Bens de Capital	3 624 795,36	6 570 702,76	5 139 401,38	4 722 618,57
08 Transferências de Capital	179 542,94	82 443,59	35 351,11	187 500,00
09 Ativos Financeiros	78 270,25	26 089,75	39 134,61	0,00
10 Passivos Financeiros	867 706,36	947 674,11	911 967,34	959 859,86
<b>Total</b>	<b>14 499 922,07</b>	<b>17 872 112,78</b>	<b>16 079 076,15</b>	<b>17 102 743,18</b>



Podemos observar, através da análise do quadro anterior, que as despesas de funcionamento, isto é, despesas representativas do gasto necessário ao normal funcionamento da atividade do Município onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 9.702.629,08 €. Esse valor traduz-se num peso de 56,73% face ao montante de despesa paga no ano de 2021.

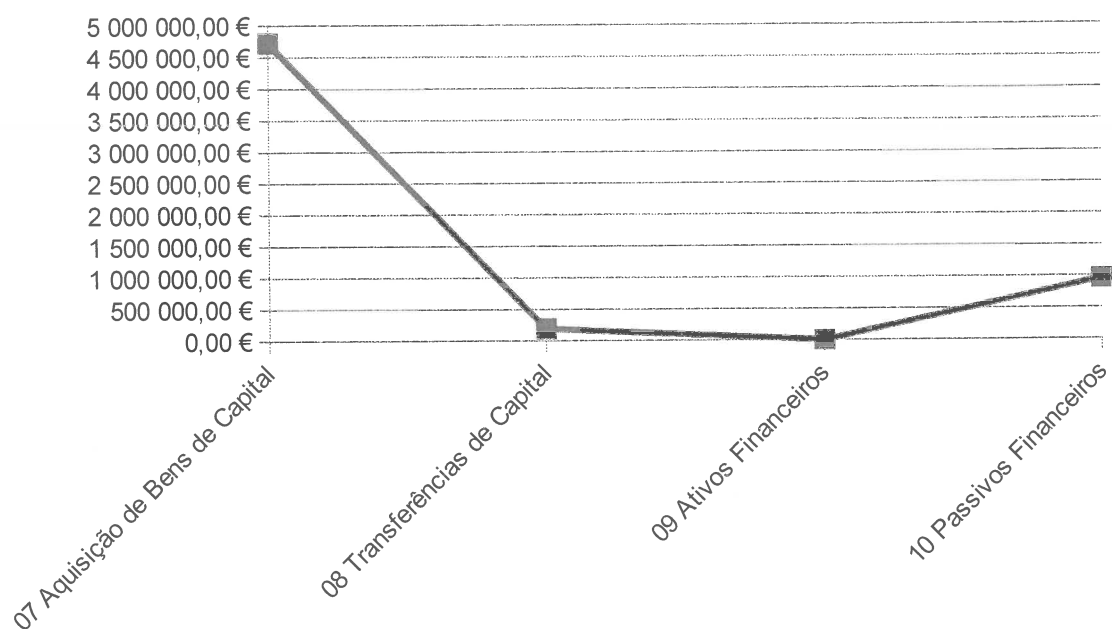
O valor pago com aquisição de bens de capital, cifrando-se em 4.722.618,57€, representa 27,61% da despesa paga no ano em análise.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA CORRENTE EM 2021



No que se refere às despesas de capital, onde se introduzem os investimentos, as transferências de capital, os ativos e passivos financeiros, são as despesas com os passivos financeiros e a aquisição de bens de capital que têm maior relevância para o Município, pagando-se 959.859,86€ e 4.722.618,57€, respetivamente, do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA DE CAPITAL EM 2021



## **Execução das Grandes Opções do Plano**

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Município, e consubstanciam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social, a qual, por sua vez, se encontra suportada em dois documentos distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipal (PAM).

O quadro que de seguida se apresenta é facilitador da análise estrutural detalhada das despesas de capital, no que se referem às funções e sub-funções realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI (documento que se nos afigura como constituindo o principal eixo de orientação estratégica municipal) revelando o peso de cada função bem como a sua execução para esta conta de gerência.

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2021

Un.: Euros (€)

OBJETIVO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	EXEC. FIN.
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>5 632 100,00 €</b>	<b>1 225 016,54 €</b>	<b>21,75%</b>
<b>1.1.</b>	<b>Serviços Gerais de Administração Pública</b>	<b>3 972 200,00 €</b>	<b>827 668,16 €</b>	<b>20,84%</b>
1.1.1.	Administração Geral	3 972 200,00 €	827 668,16 €	20,84%
<b>1.2.</b>	<b>Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>1 659 900,00 €</b>	<b>397 348,38 €</b>	<b>23,94%</b>
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	1 659 900,00 €	397 348,38 €	23,94%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>11 037 867,00 €</b>	<b>2 181 230,32 €</b>	<b>19,76%</b>
<b>2.1.</b>	<b>Educação</b>	<b>1 657 200,00 €</b>	<b>202 857,95 €</b>	<b>12,24%</b>
2.1.1.	Ensino Não Superior	1 657 200,00 €	202 857,95 €	12,24%
<b>2.3.</b>	<b>Segurança e Ação Social</b>	<b>285 750,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00%</b>
2.3.2.	Ação Social	285 750,00 €	0,00 €	0,00%
<b>2.4.</b>	<b>Habituação e Serviços Coletivos</b>	<b>5 590 314,00 €</b>	<b>557 378,05 €</b>	<b>9,97%</b>
2.4.2.	Ordenamento do Território	1 789 864,00 €	282 445,32 €	15,78%
2.4.3.	Saneamento	1 743 600,00 €	84 035,83 €	4,82%
2.4.4.	Abastecimento de Água	1 796 900,00 €	187 005,80 €	10,41%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	259 950,00 €	3 891,10 €	1,50%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>3 504 603,00 €</b>	<b>1 420 994,32 €</b>	<b>40,55%</b>
2.5.1.	Cultura	3 091 253,00 €	1 319 756,14 €	42,69%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	413 350,00 €	101 238,18 €	24,49%
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>5 913 250,00 €</b>	<b>1 316 371,71 €</b>	<b>22,26%</b>
<b>3.2.</b>	<b>Indústria e Energia</b>	<b>211 750,00 €</b>	<b>6 501,93 €</b>	<b>3,07%</b>
3.2.0.	Indústria e Energia	211 750,00 €	6 501,93 €	3,07%
<b>3.3.</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>	<b>4 597 250,00 €</b>	<b>1 058 317,44 €</b>	<b>23,02%</b>
3.3.1.	Transportes Rodoviários	4 597 250,00 €	1 058 317,44 €	23,02%
<b>3.4.</b>	<b>Comércio e Turismo</b>	<b>1 104 250,00 €</b>	<b>251 552,34 €</b>	<b>22,78%</b>
3.4.1.	Mercados e Feiras	284 200,00 €	33 927,00 €	11,94%
3.4.2.	Turismo	820 050,00 €	217 625,34 €	26,54%
<b>Total</b>		<b>22 583 217,00 €</b>	<b>4 722 618,57 €</b>	<b>20,91%</b>

Constata-se, pela observação do quadro anterior, que a subfunção 2.5.1 Cultura foi a que maior grau de execução obteve, com uma percentagem de 42,69% e uma execução absoluta de 1.319.756,14€.

Das três principais funções, as funções sociais são as que foram financeiramente mais representativas em 2021, sendo que dentro destas a que apresenta maior relevância, com um valor executado de 1.420.994,32€, são as funções inerentes aos Serviços Culturais,

Recreativos e Religiosos.

De seguida, são as funções económicas com um montante de execução alcançado, no exercício económico em análise, de 1.316.637,71€ que maior relevância apresentam nas funções gerais.

## Alterações Orçamentais

No decorrer dos exercícios económicos são geralmente realizadas alterações orçamentais que permite a adequação do orçamento à execução orçamental derivado de despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial.

No respeitante ao exercício de 2021 ocorreram cinquenta e cinco alterações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

### NATUREZA DAS ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2021

	Un.: Número	
	ALTERAÇÃO	
	PERMUTATIVA	MODIFICATIVA
<b>Orçamento da Despesa</b>	54	1
<b>Orçamento da Receita</b>	1	1
<b>Plano Plurianual de Investimentos</b>	35	2
<b>Plano de Atividades Municipais</b>	28	1

Dispondo a informação relativa às alterações orçamentais por grupos em que se agregam quer os reforços, quer as diminuições a que estiveram sujeitas as diferentes rubricas económicas da despesa e da receita autárquica, analisa-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano de 2021, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

## ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2021

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	DOTAÇÕES INICIAIS		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12 065 583,00</b>	<b>63,65%</b>	<b>3 752 459,02</b>	<b>1 546 400,00 €</b>	<b>14 271 642,02</b>	<b>52,34%</b>
01 Despesas com o pessoal	5 085 928,00	26,83%	233 800,00	172 050,00 €	5 147 678,00	18,88%
02 Aquisição de bens e serviços	4 491 855,00	23,70%	2 556 300,00	1 090 000,00 €	5 958 155,00	21,85%
03 Juros e outros encargos	171 350,00	0,90%	1 000,00	26 000,00 €	146 350,00	0,54%
04 Transferências correntes	1 428 800,00	7,54%	391 859,02	178 750,00 €	1 641 909,02	6,02%
06 Outras despesas correntes	887 650,00	4,68%	569 500,00	79 600,00 €	1 377 550,00	5,05%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6 889 417,00</b>	<b>36,35%</b>	<b>9 315 250,00</b>	<b>3 208 850,00 €</b>	<b>12 995 817,00</b>	<b>47,66%</b>
07 Aquisição de bens de capital	5 890 267,00	31,08%	9 079 050,00	3 188 850,00 €	11 780 467,00	43,20%
08 Transferências de capital	70 100,00	0,37%	204 000,00	20 000,00 €	254 100,00	0,93%
09 Ativos financeiros	50,00	0,00%	0,00	0,00 €	50,00	0,00%
10 Passivos financeiros	929 000,00	4,90%	32 200,00	0,00 €	961 200,00	3,53%
<b>Total</b>	<b>18 955 000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>13 067 709,02</b>	<b>4 755 250,00 €</b>	<b>27 267 459,02</b>	<b>100,00%</b>

Do exposto no quadro anterior verifica-se que em consequência das alterações realizadas ao orçamento da despesa para o exercício económico em análise, foram executados reforços no valor de 13.067.709,02€, que tiveram como contrapartida a diminuição das dotações de algumas das rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, no montante total de 4.755.250,00€.

Conclui-se ainda que, da leitura dos números apresentados no mesmo quadro, que houve necessidade de um reforço orçamental de 8.312.459,02€ (tendo sido utilizado o saldo orçamental da gerência anterior), resultado da variação do valor global do orçamento inicial face ao orçamento final e as despesas correntes apresentaram um aumento de 2.206.059,02€.

Ainda relativamente às despesas de capital, para além das prováveis implicações que os diferentes reforços e diminuições contêm no orçamento da despesa, tiveram obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais, determinando por isso modificações e também revisões naqueles documentos.

## MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2021

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	PREVISÕES INICIAIS		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>14 221 934,71</b>	<b>75,03%</b>	<b>795 200,50</b>	<b>200,00</b>	<b>15 016 935,21</b>	<b>55,07%</b>
01 Impostos diretos	3 814 000,00	20,12%	249 000,00	0,00	4 063 000,00	14,90%
02 Impostos indiretos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
04 Taxas, multas e outras penalidades	545 100,00	2,88%	107 200,00	200,00	652 100,00	2,39%
05 Rendimentos de propriedade	675 894,71	3,57%	12 000,00	0,00	687 894,71	2,52%
06 Transferências correntes	7 446 590,00	39,29%	92 000,50	0,00	7 538 590,50	27,65%
07 Venda de bens e serv. correntes	1 551 250,00	8,18%	329 000,00	0,00	1 880 250,00	6,90%
08 Outras receitas correntes	189 100,00	1,00%	6 000,00	0,00	195 100,00	0,72%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>4 733 065,29</b>	<b>24,97%</b>	<b>8 323 459,02</b>	<b>806 000,50</b>	<b>12 250 523,81</b>	<b>44,93%</b>
09 Vendas de bens de investimento	229 550,00	1,21%	11 000,00	0,00	240 550,00	0,88%
10 Transferências de capital	4 483 415,29	23,65%	0,00	806 000,50	3 677 414,79	13,49%
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
13 Outras receitas de capital	20 100,00	0,11%	0,00	0,00	20 100,00	0,07%
16 Saldo da gerência anterior	0,00	0,00%	8 312 459,02	0,00	8 312 459,02	30,48%
<b>Total</b>	<b>18 955 000,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>9 118 659,52 €</b>	<b>806 200,50</b>	<b>27 267 459,02</b>	<b>100,00%</b>

A alteração modificativa ao orçamento da receita teve por finalidade a incorporação do saldo transitado da gerência anterior, no montante de 8.312.459,02€, como reforço da receita orçada. Já a alteração permutativa da modificação deveu-se a um conjunto de diminuições que totalizaram 806.200,50€, uma vez que as dotações das rubricas modificadas revelaram-se elevadas face às necessidades previstas até ao final do ano de 2021.

### Serviço da Dívida

Com o objetivo de avaliar, também numa perspetiva orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente com juros e respetivas amortizações, no total da despesa e receita autárquica, apresenta-se o quadro seguinte. Este demonstra a evolução do serviço da dívida nos últimos quatro anos, considerando juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

## EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA 2021

Un.: Euros (€)

	2018	2019	2020	2021
Juros	155 265,90	147 393,60	139 101,20	129 584,49
Amortizações	867 706,36	947 674,11	911 967,34	959 859,86
<b>Total</b>	<b>1 022 972,26</b>	<b>1 095 067,71</b>	<b>1 051 068,54</b>	<b>1 089 444,35</b>
<b>Dívida</b>	<b>10 813 743,13</b>	<b>9 866 069,02</b>	<b>9 854 821,60</b>	<b>8 894 961,74</b>

Os indicadores do serviço da dívida refletem o comportamento identificado em sede de análise do endividamento de médio e longo prazo. A dívida financeira total deste município diminuiu, face a 2020, 959.859,86€.

## Rácios Orçamentais

A execução orçamental e do plano refletem a estratégia da gestão municipal, passível de ser descrita através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

### RÁCIOS ORÇAMENTAIS

Un.: Euros (€)

	2020	2021
<b>Rácios da Receita</b>		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	27,26%	28,40%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	52,53%	52,17%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	10,09%	9,88%
Receitas Correntes / Receitas Totais	57,62%	55,08%
Receitas de Capital / Receitas Totais	18,86%	12,89%
<b>Rácios da Despesa</b>		
Despesas com o Pessoal / Despesas Correntes	43,88%	40,70%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	37,92%	37,56%
Investimentos / Despesas de Capital	84,54%	80,45%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	14,89%	16,35%
Despesas Correntes / Despesas Totais	61,90%	65,68%
Despesas de Capital / Despesas Totais	38,10%	34,32%
<b>Rácios Financeiros</b>		
Despesas com o Pessoal / Receitas Correntes	31,07%	31,98%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	4,31%	4,20%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	141,17%	127,27%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	75,11%	56,99%

Nota: A rubrica de receitas totais inclui o saldo da gerência anterior.



Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, constata-se o equilíbrio na generalidade dos mesmos. Não obstante, a diminuição das despesas de capital provoca uma variação acentuada essencialmente no rácio financeiro “receitas de capital / despesas de capital”.

Em termos de execução do orçamento de 2021, as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes.

Verifica-se o cumprimento do previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dado que a receita corrente bruta cobrada em 2021 é superior em 2.174.536,27€ à soma da despesa corrente paga em 2021 com as amortizações médias dos empréstimos, conforme se pode verificar de seguida:

Receita Corrente Bruta Cobrada 2021	14 306 224,55 €
Despesa Corrente Paga 2021	11 232 764,75 €
Amortizações Médias Empréstimos	898 923,53 €
<b>Total</b>	<b>12 131 688,28 €</b>
<b>Diferença</b>	<b>2 174 536,27 €</b>

## **Análise de custo e rendimentos por funções e por unidades orgânicas**

Conforme já referido, ao longo dos últimos anos a Contabilidade Pública tem vindo, a sofrer algumas reformas consideradas essenciais ao desenvolvimento e inovação dos sistemas contabilísticos das entidades públicas, e, no caso, no que se refere à gestão financeira e das contas públicas da administração pública municipal.

A recente implementação da alteração operada pela mão do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) veio reforçar a importância da Contabilidade de Gestão enquanto instrumento de gestão financeira. Assim, tal veio a assegurar, e de acordo com a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP27), a produção de informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, o que visa a satisfação de uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos, enriquecendo o processo de tomada de decisões.

De facto, com a implementação do SNC-AP foram estabelecidos os alicerces para o desenvolvimento de um sistema de Contabilidade de Gestão na Administração Pública, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação. É neste sentido, existindo já as condições mínimas necessárias para a integração consistente da contabilidade orçamental, financeira e de gestão, que a Contabilidade de Gestão se revela um instrumento de importância extrema e fulcral para o apoio à gestão.

A Contabilidade de Gestão no Município de Vale de Cambra tem-se focado numa análise dos custos e dos rendimentos por funções, o que permite a obtenção de informação adicional para a gestão. É através do apuramento dos custos e da alocação da receita dos respetivos bens, serviços e funções, que se torna então possível a obtenção de determinados indicadores e a análise de desvios que contribuem para o acompanhamento e controlo da gestão dos projetos da autarquia.

Por conseguinte se infere que este é um tipo de contabilidade que veio adicionar informação, completando-a, pois permite aos serviços municipais passarem a apurar,

além dos gastos, também os rendimentos e os resultados das atividades e projetos que contribuem para a concretização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos do executivo em funções.

No entanto, não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta de tempo e recursos necessários, situação que prevemos seja ultrapassada no decurso do exercício de 2022.

Tendo então presente este enquadramento, apresenta-se de seguida uma análise dos custos e rendimentos por funções, seguindo-se uma análise dos custos e rendimentos por unidades orgânicas do Município de Vale de Cambra no ano de 2021.

## **Análise dos Custos por Funções**

De acordo com o SNC-AP, em articulação com a NCP27, a Contabilidade de Gestão do Município de Vale de Cambra, assenta numa classificação funcional dos custos.

Assim, existem quatro grandes áreas de intervenção, nomeadamente, as funções gerais, as funções sociais, as funções económicas e outras funções, onde se pode verificar qual foi o contributo de cada uma delas para o desenvolvimento nas áreas de intervenção e prossecução das suas atribuições, quantificando os objetivos a atingir pelo município, nos diversos níveis.

## CUSTOS POR FUNÇÕES

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2020		2021	
	CUSTO	%	CUSTO	%
Administração geral	2 108 051,91	16,57%	2 293 270,30	14,73%
Proteção civil e luta contra incêndios	532 274,50	4,18%	587 300,38	3,77%
Ensino não superior	1 542 377,82	12,12%	2 275 985,50	14,62%
Serviços auxiliares de ensino	5 420,81	0,04%	5 420,82	0,03%
Saúde	21 846,93	0,17%	97 645,16	0,63%
Ação social	240 334,59	1,89%	123 354,29	0,79%
Habitação	4 418,85	0,03%	3 892,42	0,03%
Ordenamento do território	564 184,35	4,43%	623 628,15	4,01%
Saneamento	191 344,57	1,50%	612 514,95	3,93%
Abastecimento de água	793 732,92	6,24%	923 572,61	5,93%
Resíduos sólidos	883 213,11	6,94%	878 820,24	5,65%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	81 955,32	0,64%	89 748,31	0,58%
Cultura	626 756,95	4,93%	829 928,75	5,33%
Desporto, recreio e lazer	1 026 850,21	8,07%	1 140 022,65	7,32%
Outras atividades cívicas e religiosas	363 642,91	2,86%	391 187,86	2,51%
Outras funções sociais	1 804,73	0,01%	13 561,05	0,09%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	79 187,36	0,62%	108 909,89	0,70%
Indústria e energia	376 406,45	2,96%	502 973,86	3,23%
Transportes rodoviários	246 091,17	1,93%	255 737,31	1,64%
Mercados e feiras	48 225,31	0,38%	47 427,18	0,30%
Turismo	100 736,27	0,79%	169 395,16	1,09%
Outras funções económicas	1 036 022,12	8,14%	1 153 281,93	7,41%
Diversas não especificadas	1 850 123,90	14,54%	2 440 015,06	15,67%
<b>Total</b>	<b>12 725 003,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>15 567 593,83</b>	<b>100,00%</b>

Da análise realizada ao quadro de custos por funções apresentado, podemos destacar as outras funções (diversas não especificadas), como sendo aquelas que mais contribuíram para o total de custos do Município, para o ano em estudo, com um peso de cerca de 16%, com um custo perto de 2,4 milhões de euros. Nestas incluem-se a gestão operacional, manutenção e aquisição de máquinas e viaturas da divisão de serviços urbanos e obras municipais, com um valor de 1,2 milhões de euros, o que representa cerca de 51% do total de custos desta função, assim como outras construções e intervenções, com um valor de cerca de 1 milhão de euros, o que representa cerca de

45% do total desta função.

A administração geral, grupo que agrega os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio, representa cerca de 15% do total de custos do ano em análise, com um valor de cerca de 2,3 milhões de euros. Dos quais cerca de 86%, no valor de 1,9 milhões de euros, se referem a custos de funcionamento corrente dos serviços que a constituem. Destes podemos referir o contributo da divisão administrativa e financeira, que totalizou um valor na ordem de 1 milhão de euros, salientando-se para este contributo os serviços de contabilidade, aprovisionamento e de recursos humanos, que totalizaram cerca de 71% deste valor, com um montante de 750 mil euros.

O custo relativo ao ensino apresentou um peso de cerca de 15% do custo total das várias funções, o que equivale a um valor que ultrapassa os 2 milhões de euros. Deste valor, cerca de 70% referem-se ao conjunto de despesas de funcionamento corrente com o 1º ciclo, transportes escolares e ensino pré-escolar, com valores que se arredondam para 665 mil euros, 642 mil euros e 292 mil euros, respetivamente. Cerca de 23% do total dos custos desta função refere-se a despesas correntes e de manutenção dos edifícios escolares.

A rubrica relativa ao desporto, recreio e lazer contribuiu para os custos do ano com um custo superior a 1 milhão de euros, ou seja, com um peso superior a 7% do total de custos apurados no ano de 2021.

Tendo Vale de Cambra o título de Município Amigo do Desporto, é de salientar os gastos com a manutenção e despesas tidas com o funcionamento corrente de instalações desportivas, como sejam, as piscinas municipais cobertas e descobertas e os pavilhões e campos de jogos, cujo custo ascende a cerca de 700 mil euros, o que representa 62% do custo total desta rubrica. São de referir, ainda, os gastos tidos com a manutenção e conservação de parques e jardins, onde se incluem as despesas gerais com o Parque da Cidade, que representam cerca de 27% dos custos totais do desporto, recreio e lazer, isto é, um valor superior a 300 mil euros. Referimos ainda os gastos tidos com um conjunto de atividades que fomentam a prática da atividade física, como são exemplos, a escola municipal de natação e o acolhimento do Campeonato Nacional de Corta Mato Longo, cujos custos representaram cerca de 7% do total de custos desta função, com um valor superior a 83 mil euros.

As “outras funções económicas” representam, também, um peso superior a 7% dos custos totais das várias funções em análise, ao qual corresponde um valor superior a 1 milhão de euros.

Nesta função incluem-se os gastos imputados à manutenção e pavimentação de vias municipais, que se destacam dentro da rubrica relativa aos viadutos, arruamentos e obras complementares, com um valor de aproximadamente 881 mil euros, o que equivale a 76% do total desta função.

Dentro desta função incluem-se, ainda, os gastos com o desenvolvimento da atividade económica, a gestão de candidaturas a programas de financiamento e o apoio aos empresários e emprego, com um peso de 12% do total desta função, com um valor superior a 140 mil euros.

#### CUSTOS POR TIPO DE FUNÇÃO

Un.: Euros (€)

FUNÇÃO	2020		2021	
	CUSTO	%	CUSTO	%
Funções Gerais	2 640 326,41	20,75%	2 880 570,68	18,50%
Funções Sociais	6 347 884,07	49,89%	8 009 282,76	51,45%
Funções Económicas	1 886 668,68	14,83%	2 237 725,33	14,37%
Outras Funções	1 850 123,90	14,54%	2 440 015,06	15,67%
<b>Total</b>	<b>12 725 003,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>15 567 593,83</b>	<b>100,00%</b>

Da análise aos custos agregados por tipo de função, conforme apresentado no quadro acima, podemos concluir que, à semelhança do ano anterior, continuam a ser as funções sociais que mais se destacam com um valor superior a 8 milhões de euros, correspondentes a um peso de 51%.

O maior contributo para o alcance deste resultado vem das rubricas relativas ao ensino não superior e ao desporto, recreio e lazer, conforme já referido na análise anterior, e dos serviços essenciais ligados ao abastecimento de água, gestão de resíduos sólidos e saneamento, com um contributo de cerca de 73%, no seu conjunto, face ao total de custos deste tipo de função, com um valor superior aos 5,8 milhões de euros.

Seguindo-se a cultura, que isoladamente contribuiu com cerca de 830 mil euros, o que corresponde a cerca de 10% dos custos da função social e o ordenamento do território com um contributo perto dos 8%, correspondente a um valor superior aos 620 mil euros,

devido também à revisão do PDM e contratação de projetos de especialidade relativos a estudos e projetos de obras municipais no âmbito, sobretudo, das infraestruturas rodoviárias.

De seguida, com um valor de 2,8 milhões de euros e um peso de cerca de 19%, do total dos custos para o ano económico em análise, temos as funções gerais cujo maior contributo se refere à administração geral, com um peso de 80%.

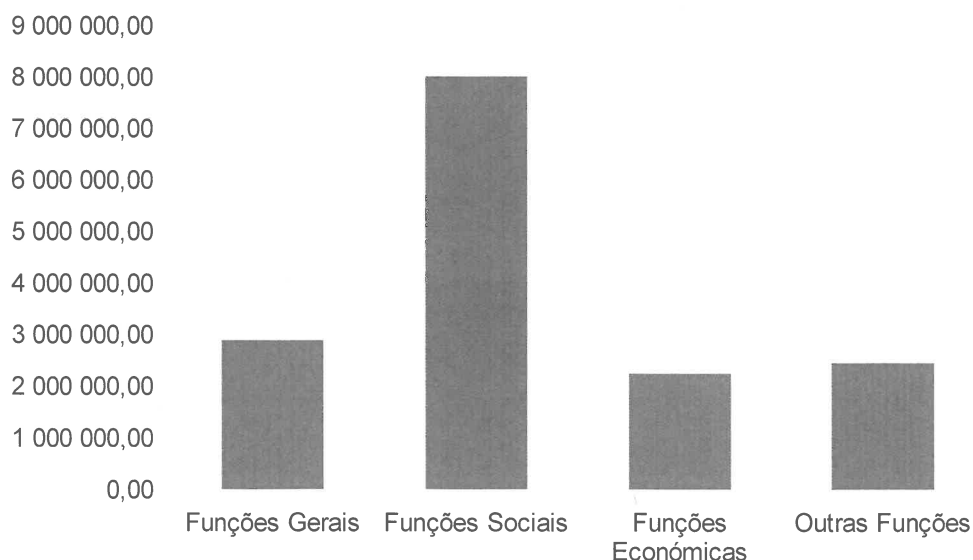
Semelhante à análise realizada anteriormente, o maior contributo para o resultado da administração geral deve-se em grande parte a custos de funcionamento corrente dos serviços que a compõem.

As outras funções, onde se incluem as despesas com a gestão operacional, manutenção e aquisição de máquinas e viaturas e outras construções e intervenções efetuadas pela divisão de serviços urbanos e obras municipais, representam cerca de 16% do total de custos, com um valor superior a 2,4 milhões de euros.

Por último, as funções económicas, que representam 14%, com um valor que ultrapassa os 2 milhões de euros, tiveram o maior contributo das intervenções contempladas na rubrica dos viadutos, arruamentos e obras complementares.

Estas últimas representaram um custo de 42% do total deste tipo de função, seguindo-se os gastos com a iluminação pública, inseridos na rubrica da indústria e energia, que representam 21% do total destas funções, com um valor superior a 500 mil euros, e os gastos com o parque subterrâneo municipal, cujos custos representam cerca de 75% dos custos da rubrica relativa aos transportes rodoviários, com um valor que ultrapassa os 190 mil euros.

#### CUSTOS POR FUNÇÃO



## Análise dos Custos por Unidades Orgânicas

A estrutura interna do município de Vale de Cambra, em 2021, encontrava-se organizada de acordo com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. Neste sentido, as unidades orgânicas correspondem a segmentos organizacionais que dispõem de meios humanos e materiais indispensáveis à execução das funções e dos objetivos que lhe são superiormente atribuídos. Apresentamos assim, de seguida, uma análise dos custos imputados a cada uma das unidades orgânicas.

### CUSTOS POR UNIDADE ORGÂNICA

UNIDADE ORGÂNICA	2020		2021	
	VALOR	%	VALOR	%
Assembleia Municipal	14 511,43	0,11%	30 629,03	0,20%
Gabinete de Apoio ao Presidente	2 024 158,17	15,91%	361 787,75	2,32%
Gabinete de Apoio aos Vereadores	10 501,13	0,08%	10 942,40	0,07%
Gabinete de Comunicação e Protocolo	24 591,93	0,19%	33 475,54	0,22%
Gabinete Jurídico de Apoio aos Órgãos Municipais	146 101,58	1,15%	418 783,31	2,69%
Gabinete Alimentar e de Veterinária e Via Verde Agricultura	60 286,97	0,47%	78 472,15	0,50%
Gabinete de Proteção Civil	533 049,04	4,19%	587 275,09	3,77%
Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Estratégico	233 130,90	1,83%	307 739,72	1,98%
Divisão Administrativa e Financeira	461 159,57	3,62%	1 149 992,79	7,39%
Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais	4 746 096,04	37,30%	6 916 392,84	44,43%
Divisão de Planeamento, Ambiente e Gestão Urbanística	645 588,10	5,07%	760 503,97	4,89%
Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura	3 825 828,20	30,07%	4 911 599,24	31,55%
<b>Total</b>	<b>12 725 003,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>15 567 593,83</b>	<b>100,00%</b>

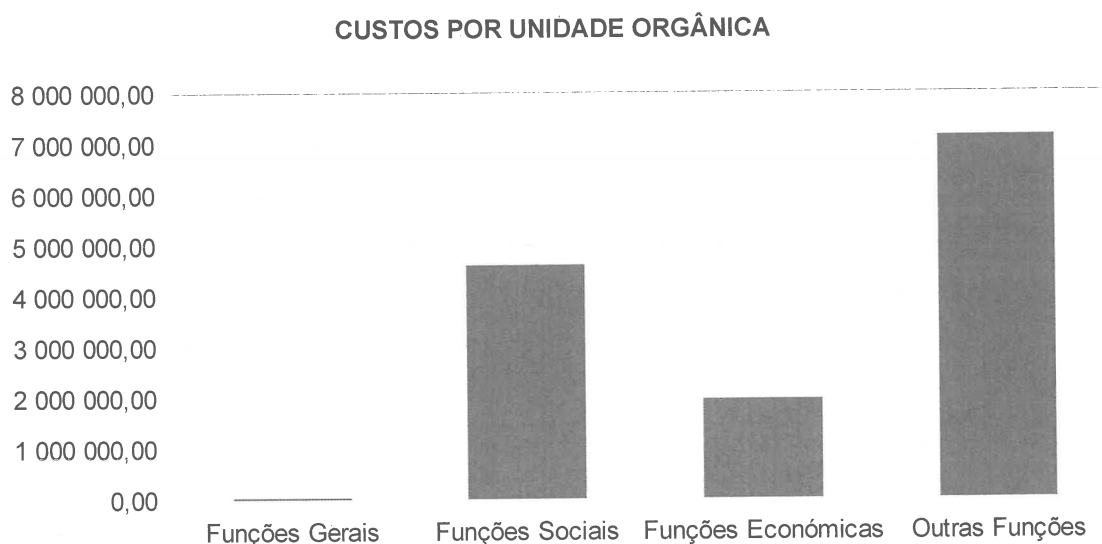
Da análise ao quadro acima apresentado, podemos concluir que, à semelhança do ano económico anterior, é a Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais que mais se destaca do conjunto das várias unidades orgânicas com um contributo que ultrapassa os 44%, correspondente a um valor aproximado aos 7 milhões de euros.

Aquela Divisão agrega, entre outras, as despesas com as obras por administração direta, do qual se destacam as construções diversas e os viadutos, arruamentos e obras complementares, que representaram no seu conjunto 30% dos custos totais desta unidade orgânica, com um valor superior a 2 milhões de euros.



Os custos tidos com a gestão operacional, a fiscalização técnica, máquinas e viaturas e outros encargos gerais, inerentes a esta Divisão, contribuíram com 18% dos custos da unidade orgânica, com cerca de 1,2 milhões de euros.

Ainda dentro da Divisão de Serviços Urbanos e Obras Municipais, são de referir os custos tidos com o abastecimento de água e o serviço de resíduos sólidos urbanos, cujo valor de cada rubrica representa um peso de 13%, face aos custos totais desta unidade orgânica, com um valor de cerca de 924 mil euros e 880 mil euros, para cada uma das rubricas mencionadas.



Da análise ao presente gráfico, relativo, ainda, à análise dos custos por unidades orgânicas, podemos realçar que a unidade orgânica que mais se destaca, de seguida, é a Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, com um contributo de 32% dos custos totais das unidades orgânicas, com 4,9 milhões de euros.

Dos custos imputados a esta Divisão, a área que mais contribuiu foi a Educação com um contributo de 46% dos custos totais da unidade orgânica (superior a 2 milhões de euros), seguindo-se o Desporto com 23% (1,1 milhão de euros) e a Cultura com um peso de 17% face aos custos totais do ano para a unidade orgânica, com um valor perto dos 830 mil euros.

Podemos ainda salientar, com recurso ao gráfico anterior, a contribuição da Divisão Administrativa e Financeira que a seguir se destaca com o contributo de cerca de 7% dos custos totais das unidades orgânicas, com um valor superior a 1 milhão de euros.

A Divisão Administrativa e Financeira integra custos tidos com os serviços de contabilidade, onde se inserem os encargos com empréstimos e serviços bancários, o património, onde se encontram refletidos os custos com amortizações, os recursos humanos, o aprovisionamento e armazém, o gabinete de informática, o serviço de expediente e licenciamento, onde se agregam os custos com o mercado e feiras, a qualidade e os serviços de apoio ao município e tesouraria.

## **Análise dos Rendimentos por Funções**

De acordo com a Norma de Contabilidade de Gestão (NCP 27), este sistema destina-se a produzir não apenas informação relevante e analítica sobre custos mas também, e sempre que se justifique, sobre rendimentos, possibilitando assim, reiteramos, a satisfação de uma multiplicidade de necessidades de informação para a tomada de decisões por parte dos dirigentes e executivo municipal.

Assim, de forma a satisfazer tais necessidades, o Município de Vale de Cambra procedeu a uma reclassificação da receita, por funções, de forma a permitir uma análise mais abrangente dos diversos tipos de receita.

É de referir o esforço adicional empregado à prossecução do relato referente a esta análise, sendo que o resultado do mesmo se traduz então num acréscimo de informação relativamente ao ano transato. Assim, verifica-se a inclusão da análise dos rendimentos por funções e por unidades orgânicas, que então se junta à análise dos custos, o que se materializa numa melhoria da informação de gestão.

Deste modo, e em conformidade com as áreas de intervenção já analisadas no que se refere à parte do custo, apresentamos de seguida uma análise funcional na qual se pode verificar qual o contributo de cada função no que se refere à receita obtida.

## RENDIMENTOS POR FUNÇÕES

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	VALOR	%
Administração geral	18 422,03	0,13%
Proteção civil e luta contra incêndios	4 659,67	0,03%
Ensino não superior	285 061,08	2,08%
Serviços auxiliares de ensino	6 004,25	0,04%
Fundo Social Municipal (FSM)	485 612,00	3,54%
Ação social	20 416,20	0,15%
Habitação	2 867,44	0,02%
Ordenamento do território	3 041 710,45	22,19%
Saneamento	150 185,67	1,10%
Abastecimento de água	371 656,55	2,71%
Resíduos sólidos	137 734,77	1,00%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	25 815,37	0,19%
Cultura	156,60	0,00%
Desporto, recreio e lazer	74 283,30	0,54%
Indústria e energia	685 663,08	5,00%
Transportes rodoviários	671 368,27	4,90%
Mercados e feiras	2 278,40	0,02%
Outras funções económicas	569 218,45	4,15%
Outros rendimentos da função económica	19 075,27	0,14%
Transferências entre Administrações	6 674 261,86	48,69%
Diversas não especificadas	460 994,05	3,36%
<b>Total</b>	<b>13 707 444,76</b>	<b>100,00%</b>

A análise do presente quadro permite verificar que é a rubrica de “transferências entre administrações” que mais se destaca, apresentando um peso de 49% dos rendimentos totais, o que representa aproximadamente 6,6 milhões de euros. Para esta rubrica contribuiu sobretudo as transferências relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (com cerca de 89% do total deste rendimento) e o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares.

De seguida é o rendimento relativo ao “ordenamento do território” que se destaca com um peso de 22% dos rendimentos totais, com 3 milhões de euros. Nesta rubrica podemos

salientar o contributo dos impostos relativos, sobretudo, ao IMI e IMT com um peso de 96% face às suas receitas totais.

Podemos ainda referir o rendimento relativo à energia com cerca de 5% dos rendimentos totais, com um valor superior a 680 mil euros.

#### RENDIMENTOS POR TIPO DE FUNÇÃO

Un.: Euros (€)		
FUNÇÃO	VALOR	%
Funções Gerais	23 081,70	0,17%
Funções Sociais	4 601 503,68	33,57%
Funções Económicas	1 947 603,47	14,21%
Outras Funções	7 135 255,91	52,05%
<b>Total</b>	<b>13 707 444,76</b>	<b>100,00%</b>

Da análise ao presente quadro, cujos rendimentos se encontram reunidos por funções, concluímos que as outras funções se destacam com o contributo de 52% do total de rendimentos do município, com um valor superior a 7 milhões de euros. O grande input para este resultado vem das transferências entre administrações, conforme apontado na análise realizada sobre o quadro anterior.

Seguidamente, salientamos as funções sociais com um valor superior a 4,5 milhões de euros, cujo peso, face aos rendimentos totais, ronda os 34%. Nestas funções podemos destacar os rendimentos vindos do IMI e do IMT (com 63% do total dos rendimentos desta função), Fundo Social Municipal (com 11% do total dos rendimentos da mesma função) e o abastecimento de água (com 8% do total dos rendimentos da função social).

Na análise realizada às funções económicas concluímos que estas representam um valor aproximado a 2 milhões de euros, sendo que a receita da energia é o rendimento que mais se destaca com um contributo de 35% dos rendimentos totais desta função, devido em grande parte à renda de concessão mantida com a *E-Redes*.

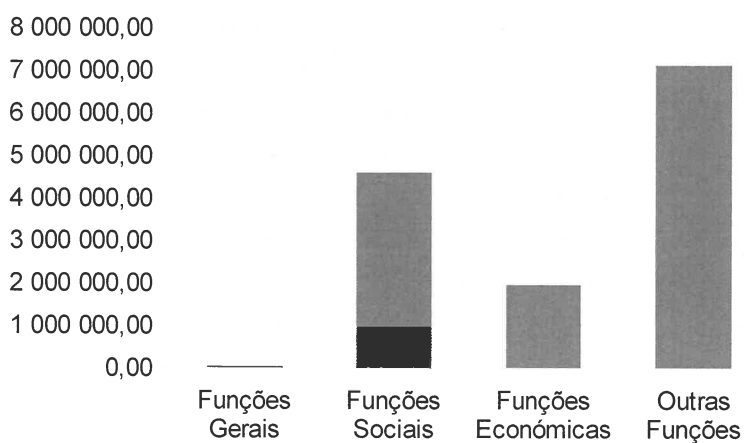
Segue-se o Imposto Único de Circulação com um peso de 33% dos rendimentos totais desta função.

A Derrama e o IVA contribuíram com um peso de 24% e 4%, respetivamente, face aos rendimentos totais da função económica.

Quanto às funções gerais, estas representam um valor superior a 23 mil euros, o que corresponde a um peso perto dos 0,2% do total de rendimentos.

A rubrica da administração geral, onde se incluem, entre outros, os rendimentos vindos da venda de lotes de terreno e diferimentos e acréscimos de proveitos, contribuiu com 80% do total desta função. Representando a receita relativa ao apoio para o funcionamento do Gabinete Técnico Florestal 20% dos rendimentos desta função.

#### RENDIMENTOS POR TIPO DE FUNÇÃO



## Outros

## Endividamento Municipal

A preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, conduz-nos a uma análise aos elementos respeitantes aos empréstimos de médio e longo prazo através da utilização do modelo n.º 18 da prestação de contas de 2021, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto “Serviço da Dívida” do presente relatório.

O impacto ao nível do controlo do endividamento autárquico nos últimos anos tem confirmado todo o processo modificativo que se tem vindo a redesenhar em torno da gestão autárquica através das sucessivas alterações que se têm verificado nas molduras legais que delimitam as esferas organizacional, financeira e contabilística da administração local.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram introduzidas alterações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas.

Relativamente ao endividamento o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do Município foi alargado a todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o Município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Neste sentido, por força da referida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente do seu artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

**LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 31/12/2021**

(valor em euros)

Receitas Correntes Líquidas		Montante
Ano	2018	13 672 376,31
	2019	14 087 420,88
	2020	14 051 223,58
	<b>Total</b>	<b>41 811 020,77</b>
Artigo 52º nº1 da LFL 03/09/2013 a dívida de operações orçamentais não pode ultrapassar a 31/12, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores		Valor de referência
		<b>13 937 006,92</b>
		Limite máximo 150% a 31/12/2021
		<b>20 905 510,39</b>

**Balanço 31/12/2021**

<b>Dividas a Terceiros - de Médio e Longo Prazo</b>		
	Financiamentos obtidos	7 507 885,48 €
	<b>SubTotal</b>	<b>7 507 885,48 €</b>
<b>Dividas a terceiros Curto Prazo</b>		
	Fornecedores	181 822,95 €
	Estado e outros entes públicos	61 055,82 €
	Fornecedores de investimentos	2 643,46 €
	Cauções	611 131,00 €
	Sindicatos	1 361,95 €
	Outros Credores	337 087,85 €
	<b>SubTotal</b>	<b>1 195 103,03 €</b>
	<b>TOTAL Balanço</b>	<b>8 702 988,51 €</b>
	Operações de Tesouraria	658 714,88 €
	FAM	- €
	Fornecedores COVID	90,00 €
	<b>Total dívida de operações orçamentais Município</b>	<b>8 044 183,63 €</b>
	<b>% da dívida para o limite máximo</b>	<b>38,48%</b>
	<b>% da dívida como referência a média das receitas</b>	<b>57,72%</b>
	Total dividas das entidades	351 424,44 €
	<b>Total dívida do Município + Participadas</b>	<b>8 395 608,07 €</b>
	<b>% da dívida Total para o limite máximo</b>	<b>40,16%</b>
	<b>% da dívida como referência a média das receitas</b>	<b>60,24%</b>
	Margem Positiva	12 509 902,31 €
	Artigo 52º Lei 73/2013 (20% Margem)	2 501 980,46 €



Por outro lado, com as sucessivas alterações legislativas impostas pelas várias Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do Município continuam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Face ao exposto e de acordo com o resumo da conjuntura legal apresentado, justifica-se a análise do endividamento nos termos a seguir apresentados devendo ter-se presente que o Município de Vale de Cambra cumpriu aquele pressuposto.

Tendo presente a alteração à Lei n.º43/2012, de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local, a aplicação do Plano é suspensa a partir da data da verificação do cumprimento global da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução de 62,72%

em cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, voltando o Plano a vigorar em caso de incumprimento do referido limite.

Conforme pode ser aferido pelos dados vertidos no presente Relatório e Contas, o Município de Vale de Cambra cumpriu, em 2021, o limite da dívida total, pelo que as medidas impostas pelo PAEL se encontram suspensas, nos termos da Lei.

## **Redução dos Pagamentos em Atraso**

Na sequência do apuramento dos pagamentos em atraso relativos ao ano de 2021, nos termos do definido no artigo 112.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2021 – OE/2021), verificou-se o cumprimento do legalmente exigido, não existindo pagamentos em atraso.

De acordo com os cálculos efetuados ainda sujeitos a verificação pela DGAL, o PMP de 2021 foi de 10 dias.

## **Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM)**

A Lei 53/2014, de 25 de Agosto aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com o n.º 1 do artigo 17.º dessa mesma Lei, o capital social do FAM é de 650 milhões de euros, sendo representando por unidades de participação a subscrever, entre outros, por todos os Municípios. A realização do capital social por parte dos Municípios teve início em 2015 e o Município de Vale de Cambra efetuou nesse ano o pagamento de duas tranches no valor de 52.179,00€ cada uma, o que totalizou 104.358,00€. Em 2016 e 2017, repetiu-se o pagamento efetuado em 2015.

A contribuição para o FAM do Município de Vale de Cambra era, no total, de 730.509,82€, a realizar até 2021. No entanto, e de acordo com a Lei de Orçamento de estado para 2018, o número 5 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, na sua redação atual, passa a ter a seguinte redação:

“5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75 % e 100 %, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social os previstos nos números 1 e 2 do artigo 17.º, ajustados em conformidade.”

Por conseguinte, a realização do capital para Vale de Cambra foi de 78.270,25€ em 2018, e passa a ser de 52.179,50€ para 2019 e 26.089,75€ para 2020. O processo encerrou com o pagamento efetuado por este município em 2021, da última tranche de 2020 e depois de deduzidos os montantes da remuneração do capital social de 2017, 2018 e 2019.

## **Covid-19**

Como já referido no relatório relativo ao exercício de 2020, a pandemia provocada pela Covid-19 obrigou ao estabelecimento de medidas preventivas, através de um Plano Interno de Contingência, para fazer face ao surto e minimizar as consequências ao nível do normal funcionamento dos serviços municipais, no sentido de acautelar a saúde dos seus trabalhadores e prevenir fontes de contágio, protegendo, na medida do possível, também os seus munícipes.

Devido a essas circunstâncias, os serviços municipais foram adaptados de forma a uma minimização do contacto social, com a salvaguarda dos serviços essenciais. Apesar de não ser possível uma quantificação exata das consequências da pandemia para as finanças municipais, estamos em condições de informar que as despesas diretas pagas para fazer face àquela doença, durante o ano de 2021, foram de 269.483,30€.

Assume-se a impossibilidade de prever as consequências totais para a economia local e que eventualmente se refletiram e refletirão nas contas do Município. Muito mais com o conflito que foi desencadeado com a invasão da Ucrânia pela Rússia, algo que destabilizou por completo a ordem mundial, logo, todos os mercados.

Assume-se que o abrandamento da atividade económica se traduza numa diminuição do volume de receitas municipais ao nível de impostos e taxas. Ressalva-se que não está em causa o cumprimento dos compromissos do Município.

Por outro lado, é do conhecimento público que as atividades culturais, desportivas, recreativas e outras mais vocacionadas para o turismo sofreram em 2020, e continuaram a sofrer em 2021, um revês que se pelo lado exclusivamente orçamental permitiu redirecionar verbas para o combate à pandemia, ao nível da investimento na sociedade impediu que o município de Vale de Cambra alocasse recursos em áreas tão relevantes.

## **Eventos Subsequentes**

### **Conflito na Ucrânia**

A economia portuguesa será afetada pelo conflito na Ucrânia, iniciado a 24 de fevereiro, com a invasão russa, sobretudo através de efeitos indiretos.

Portugal não tem necessariamente a mesma dependência das importações de gás da Rússia que alguns dos países europeus pelo que a vulnerabilidade que parece existir para o nosso país é como importador de petróleo. Assim, assiste-se já a um aumento sem precedentes dos custos de energia e dos custos de transporte. Tal conduz invariavelmente ao aumento de preço da generalidade dos bens, conduzindo ao aumento da despesa municipal.

A incerteza que derivará de uma maior duração do conflito, que poderá conduzir a inflação, ligada a poder de compra das famílias mais fraco, os índices de confiança mais baixos e investimentos que poderão ser adiados, com impacto para a competitividade corporativa.

Assim, também uma produção económica menor do que a esperada, inclusive na economia local, levará a menos receitas arrecadadas.

Importa ainda ter presente que a preparação e aprovação dos documentos previsionais para 2022 – Orçamento e Grandes Opções do Plano – não tiveram em linha de conta os efeitos económico-financeiros atrás expostos, dados os seus timings para aprovação. Não sendo ainda possível quantificar aqueles efeitos, será certo que as áreas de atuação do município que serão afetadas serão, desde logo, todas aquelas que dependem em primeira instância de matérias primas que têm vindo a sofrer nas semanas subsequentes ao estalar do conflito fortes subidas de custo, como sejam os combustíveis, materiais de construção civil, abastecimento de água e saneamento, massas asfálticas e betuminosas, mas também ao nível de bens alimentares, o que impactará necessariamente nos custos das refeições escolares. Prevê-se que outros serviços terciarizados fortemente dependentes também dessas matérias primas venham a aumentar os custos, como os transportes escolares, a recolha de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana.

Pelo exposto, não estando em questão o cumprimento dos compromissos municipais, não é possível no curto prazo medir o impacto que aquele conflito terá nas contas do município. Não obstante, é expectável a necessidade de reequacionar o plano de atividades, redirecionando criteriosamente dotações para as áreas atrás referidas.

## **Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais**

A produção de efeitos em 2022 do preconizado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto –

Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais trará aos municípios portugueses e em particular ao Município de Vale de Cambra grandes incertezas ao nível de responsabilidades e custos financeiros associados, mormente no que respeita a três grandes áreas – educação, saúde e social.

De facto, e após a concretização já operada via diversos decretos-lei, permanece a dúvida sobre a adequabilidade do envelope financeiro associado a cada uma das transferências de competências, dada, desde logo, perda de escala, o desconhecimento de determinados dossiers que possam existir em cada uma das instituições, a evolução das carreiras dos recursos humanos inerentes, e o próprio aumento de preços generalizado decorrente de eventos como o conflito na Ucrânia. Associado a isto, uma gestão de proximidade, responsabilidade e interesse acrescentará, indubitavelmente, valor ao processo, mas será prematuro uma avaliação mais concreta dos custos financeiros e económicos.

Entende-se que o que é legalmente imposto será tratado pelo município com o máximo de rigor, mas a este nível as negociações com o poder central terão que ser constantes.

## **Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício**

Propõe-se que o resultado líquido do exercício positivo, no montante de 133.817,19€ tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 6.690,86€ correspondente a 5% do resultado líquido;
- O restante valor, 127.126,33€, seja transferido para a conta 56 Resultados Transitados.



**Município de Vale de Cambra**

2

0

**2**

**1**

**Demonstrações Financeiras**

## Balanço

Rubricas	Notas	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente		79 609 043,95 €	79 143 274,36 €
Ativos fixos tangíveis	5	76 980 518,58 €	76 278 127,96 €
Propriedades de investimento	8	442 982,04 €	454 047,12 €
Ativos intangíveis	3	265 810,86 €	284 186,89 €
Participações financeiras	18.1	1 911 163,53 €	2 117 545,58 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	8 568,94 €	9 366,81 €
Ativo corrente		14 170 359,06 €	13 746 409,12 €
Inventários	10	264 317,72 €	269 639,50 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	14	462 396,04 €	227 864,31 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	150 207,55 €	162 181,96 €
Estado e outros entes públicos		38 404,98 €	5 409,60 €
Outras contas a receber	23	3 736 019,64 €	3 866 301,08 €
Diferimentos		9 517,21 €	13 409,09 €
Caixa e depósitos	1.2 b)	9 509 495,92 €	9 201 603,58 €
<b>Total Ativo</b>		<b>93 779 403,01 €</b>	<b>92 889 683,48 €</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património Líquido		80 512 033,48 €	76 610 249,96 €
Património/Capital		20 811 649,64 €	20 811 649,64 €
Reservas		2 170 011,58 €	2 113 718,47 €
Resultados transitados		35 594 667,92 €	34 525 098,84 €
Ajustamentos em ativos financeiros		715 035,50 €	869 160,33 €
Outras variações no património líquido		21 086 851,65 €	17 164 760,49 €
Resultado líquido do período		133 817,19 €	1 125 862,19 €
<b>Total Património Líquido</b>	<b>23</b>	<b>80 512 033,48 €</b>	<b>76 610 249,96 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente		8 955 863,06 €	9 601 872,53 €
Provisões	15	726 352,35 €	548 969,31 €
Financiamentos obtidos	7	8 057 493,21 €	8 895 010,72 €
Outras contas a pagar	23	172 017,50 €	157 892,50 €
Passivo corrente		4 311 506,47 €	6 677 560,99 €
Fornecedores		181 822,95 €	168 544,06 €
Estado e outros entes públicos		61 055,82 €	59 068,01 €
Financiamentos obtidos	7	837 468,53 €	959 810,88 €
Fornecedores de investimentos		2 643,46 €	57 241,78 €
Outras contas a pagar	23	1 765 023,30 €	2 233 258,45 €
Diferimentos	23	1 463 492,41 €	3 199 637,81 €
<b>Total Passivo</b>		<b>13 267 369,53 €</b>	<b>16 279 433,52 €</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>93 779 403,01 €</b>	<b>92 889 683,48 €</b>

## Demonstração de Resultados por Natureza

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	14	4 391 098,71 €	4 361 725,08 €
Vendas	13	789 047,32 €	770 972,39 €
Prestações de serviços e concessões	13	552 495,95 €	568 625,04 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	7 446 015,12 €	7 264 728,10 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18.1	-52 257,22 €	-66 683,62 €
Trabalhos para a própria entidade	5	304 833,00 €	201 273,70 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-430 431,17 €	-439 072,66 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-4 424 614,87 €	-4 174 896,07 €
Gastos com pessoal	19	-4 607 941,86 €	-4 465 782,01 €
Transferências e subsídios concedidos	23	-1 536 593,35 €	-1 137 766,98 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	18	-74 483,53 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-15 285,24 €	-7 061,36 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	-189 124,59 €	122 500,00 €
Outros rendimentos	13/14	2 257 781,69 €	2 204 145,79 €
Outros gastos		-347 304,62 €	-308 349,47 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 063 235,34 €	4 894 357,93 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3, 5 e 8	-3 799 570,18 €	-3 624 314,91 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		263 665,16 €	1 270 043,02 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	4 284,89 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	7	-134 132,86 €	-144 180,83 €
Resultado antes de impostos		133 817,19 €	1 125 862,19 €
Resultado líquido do período		133 817,19 €	1 125 862,19 €



## Demonstração das Alterações no Património Líquido 2020

Designação	No- tas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Reservas	Resultados tran- sitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		20 811 649,64 €	1 981 055,32 €	32 180 514,68 €	968 715,44 €	554 168,63 €	2 653 262,92 €	59 149 366,63 €	
ALTERAÇÕES NO PE- RÍODO (2)			<b>132 663,15 €</b>	<b>2 344 584,16 €</b>	<b>-99 555,11 €</b>	<b>16 610 591,86 €</b>	<b>-2 653 262,92 €</b>	<b>16 335 021,14 €</b>	<b>16 335 021,14 €</b>
Ajustamentos de transi- ção de referencial conta- bilístico	1.2			-176 015,61 €		14 848 031,52 €		14 672 015,91 €	14 672 015,91 €
Outras alterações reco- nhecidas no Património Líquido	23		132 663,15 €	2 520 599,77 €	-99 555,11 €	1 762 560,34 €	-2 653 262,92 €	1 663 005,23 €	1 663 005,23 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)							1 125 862,19 €	1 125 862,19 €	1 125 862,19 €
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3)							<b>-1 527 400,73 €</b>	<b>17 460 883,33 €</b>	<b>17 460 883,33 €</b>
OPERAÇÕES COM DE- TENTORES DE CAPI- TAL NO PERÍODO (5)									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	23	20 811 649,64 €	2 113 718,47 €	34 525 098,84 €	869 160,33 €	17 164 760,49 €	1 125 862,19 €	76 610 249,96 €	76 610 249,96 €

## Demonstração das Alterações no Património Líquido 2021

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla						Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		20 811 649,64 €	2 113 718,47 €	34 525 098,84 €	869 160,33 €	17 164 760,49 €	1 125 862,19 €	76 610 249,96 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	23		56 293,11 €	1 069 569,08 €	-154 124,83 €	3 922 091,16 €	-1 125 862,19 €	3 767 966,33 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico								
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			56 293,11 €	1 069 569,08 €	-154 124,83 €	3 922 091,16 €	-1 125 862,19 €	3 767 966,33 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)							133 817,19 €	133 817,19 €
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3)							-992 045,00 €	3 901 783,52 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	23	20 811 649,64 €	2 170 011,58 €	35 594 667,92 €	715 035,50 €	21 086 851,65 €	133 817,19 €	80 512 033,48 €

## **Demonstração de Fluxos de Caixa**

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)		
PERÍODO	ANO	
2021/01/01 - 2021/12/31	2021	
S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO e C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS		
Rubricas	Datas	
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1 375 803,75 €	1 379 746,62 €
Recebimentos de contribuintes	4 242 948,54 €	4 101 978,86 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	7 447 201,95 €	7 278 646,80 €
Recebimentos de utentes	312 541,72 €	331 313,09 €
Pagamentos a fornecedores	-4 938 265,55 €	-4 362 717,90 €
Pagamentos ao pessoal	-4 575 958,30 €	-4 399 087,37 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-1 453 325,83 €	-1 100 496,81 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>2 410 946,28 €</b>	<b>3 229 383,29 €</b>
Outros recebimentos/pagamentos	-654 132,77 €	79 770,76 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	1 756 813,51 €	3 309 154,05 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-4 302 775,68 €	-4 792 130,58 €
Pagamentos - Ativos intangíveis	-88 338,60 €	-66 253,95 €
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	33 864,00 €	273 893,50 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento	709 882,76 €	706 997,39 €
Recebimentos - Transferências de capital	3 292 519,30 €	3 369 194,23 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-354 848,22 €	-508 299,41 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Financiamentos obtidos		900 719,92 €
Recebimentos - Doações		500,00 €
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-959 859,86 €	-911 967,34 €
Pagamentos - Juros e gastos similares	-134 213,09 €	-144 370,88 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-1 094 072,95 €	-155 118,30 €
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	307 892,34 €	2 645 736,34 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	9 201 603,58 €	6 555 867,24 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	9 509 495,92 €	9 201 603,58 €
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	9 201 603,58 €	6 555 867,24 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	9 201 603,58 €	6 555 867,24 €
SGA De execução orçamental	8 312 459,02 €	5 739 343,20 €
SGA De operações de tesouraria	889 144,56 €	816 524,04 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	9 509 495,92 €	9 201 603,58 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	9 509 495,92 €	9 201 603,58 €
SGS De execução orçamental	8 850 781,04 €	8 312 459,02 €
SGS De operações de tesouraria	658 714,88 €	889 144,56 €



**Município de Vale de Cambra**

2

0

**2**

**1**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

## **Anexo às Demonstrações Financeiras**

Neste ponto apresentam-se as notas que suportam as divulgações que se encontram previstas no SNC-AP, constantes da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Nesse sentido, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida na referida norma, mais concretamente no ponto “Modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras” e têm em vista facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas mesmas ou de outras situações conhecidas na data que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

### **1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico**

#### **1.1 — Identificação da Entidade e Período de Relato**

As divulgações apresentadas seguem a sequência numérica indicada pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Os montantes são apresentados em Euro (€).

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras.

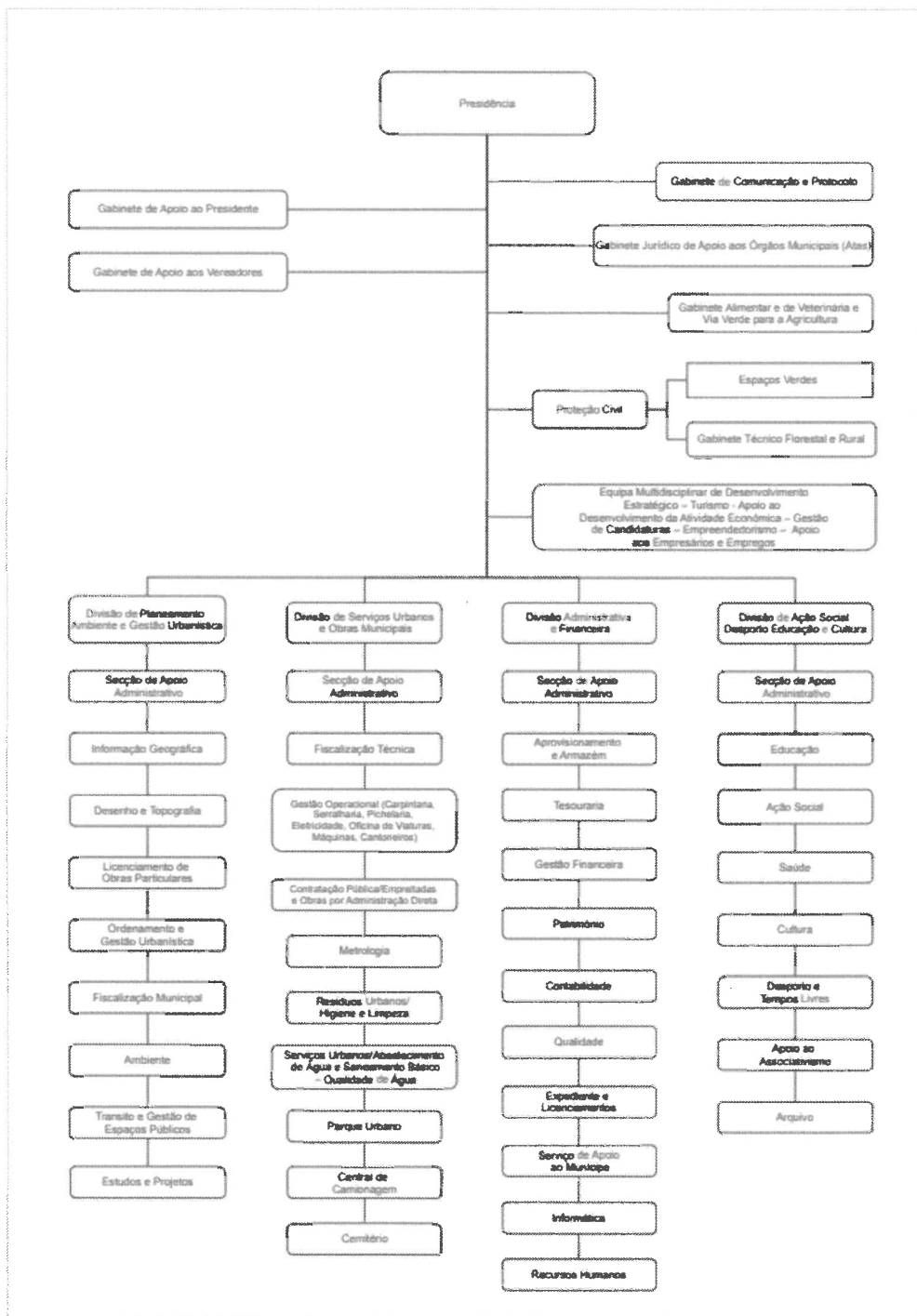
O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km<sup>2</sup>, onde residem 21.275 habitantes (censos provisórios 2021). Este é constituído por 7 freguesias: Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro Castelões e União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova Perrinho, com um total de 20.218 eleitores inscritos, conforme resulta dos cadernos eleitorais das últimas eleições de 2021.

A composição do Órgão Executivo e a delegação de competências é apresentada no modelo 8.2 – Caracterização da Entidade.

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b>			
Designação	Município de Vale de Cambra		
NIPC	506735524		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal	Avenida Camilo Tavares de Matos, Nº19		
Telefone / Fax	256420510 / 256420518		
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-valedecambra.pt		
Sítio na internet	www.cm-valedecambra.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	Não X	
Organograma	A seguir a este modelo		
<b>2. LEGISLAÇÃO</b>			
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro		
<b>3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE</b>			
	Sim	Não	
Serviços Municipalizados		X	
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante		
Serviços Intermunicipalizados			
Entidades Intermunicipais			
Entidades Associativas Municipais			
Associação de Municípios Terras de Santa Maria		Não	
Empresas Locais			
Empresas Participadas			
ERSUC – Empresa de Resíduos Sólidos do Centro, S.A.		Não	
Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.		Não	
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.		Não	
Cooperativas			
Fundações			
Entidades de outra natureza			
<b>4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES</b>			
<p>O Município de Vale de Cambra tem como missão implementar políticas eficazes e eficientes, orientadas para as pessoas e que respondam às necessidades da população, fomentando uma gestão pública de qualidade, inovadora e pró-ativa que contribua para o desenvolvimento sustentável do território. No âmbito das suas competências, os serviços municipais devem prosseguir os seguintes objetivos: 1 — Melhorar os serviços prestados aos municípios que promova a qualidade de vida dos municípios e o desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho, aproveitando de uma forma racional e eficaz os meios disponíveis; 2 — Prosseguir o interesse público observando os princípios da eficácia, da igualdade, da transparência, da desburocratização bem como da participação dos cidadãos; 3 — Coordenar e racionalizar os serviços tendo em vista a célere e integral execução das deliberações e decisões dos órgãos municipais.</p>			
<b>5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO</b>			
<b>5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO</b>			
José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva			
António Alberto Almeida de Matos Gomes			
Maria Catarina Lopes Paiva			
Daniela Sofia Paiva da Silva			
José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho			
José Pedro Vieira Almeida			
Nelson Silva Martins			
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE 01 DE ABRIL A 15 DE OUTUBRO</b>			
José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva			
António Alberto Almeida de Matos Gomes			
Ana Filipa Vieira			
Daniela Sofia Paiva da Silva			
José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho			
José Pedro Vieira Almeida			
Nelson Silva Martins			
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE 16 DE OUTUBRO A 19 DE OUTUBRO</b>			
José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva			
António Alberto Almeida de Matos Gomes			
Mónica Pinto Seixas			
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO</b>			
José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva			
António Alberto Almeida de Matos Gomes			
Mónica Pinto Seixas			
José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho			
André Agostinho Martins da Silva			
Tiago Correia Fernandes			
Frederico Costa Martins			

5.2	<b>NÚMERO DE VEREADORES DE 01 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO</b>		
	Em regime de permanência: 3		
	A meio tempo:.....1		
	Restantes vereadores:..... 2		
	<b>NÚMERO DE VEREADORES DE 01 DE ABRIL A 16 DE OUTUBRO</b>		
	Em regime de permanência: 3		
	A meio tempo:.....0		
	Restantes vereadores:..... 2		
	<b>NÚMERO DE VEREADORES DE 16 DE OUTUBRO A 19 DE OUTUBRO</b>		
	Em regime de permanência: 2		
	A meio tempo:.....0		
	Restantes vereadores:..... 0		
	<b>NÚMERO DE VEREADORES DE 20 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO</b>		
	Em regime de permanência: 4		
	A meio tempo:.....0		
	Restantes vereadores:..... 2		
5.3	<b>NÚMERO DE ELEITORES</b>		
	Até 10.000		
	Mais de 10.000 e menos de 40.000 X		
	Igual ou superior a 40.000		
6.	<b>ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA</b>		
	As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei Nº192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município. O sistema informático utilizado foi a aplicação da Medidata – SNC-AP.		
7.	<b>OUTRA INFORMAÇÃO</b>		
7.1	<b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)</b>		
	Entidade fiscalizadora	Autoridade Tributária e Aduaneira – Serviços de Inspeção Tributária	
	Data da ação	06-11-2019 a 17-12-2019	
	Período abrangido	janeiro a agosto de 2019	
	Identificação da ação	IVA – aplicação do imposto nas aquisições de bens e serviços mistos	
7.2	<b>APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS</b>	Data de Aprovação	
		<b>Órgão Executivo</b>	<b>Órgão Deliberativo</b>
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações	22-03-2016	28-04-2016
	Regulamentos	Todos publicados no sítio do Município da internet	
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	-----	-----
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	-----	-----
7.3	<b>INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR</b>	Data de Aprovação	
		<b>Órgão Executivo</b>	<b>Órgão Deliberativo</b>
	Alteração Modificativa	26-01-2021	24-02-2021
7.4	<b>INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS</b>	Sim	Não X
	Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
7.5	<b>DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b> (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais		X
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		X
7.6	<b>DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS</b> (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias		X
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	X	
7.7	<b>INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL</b>	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa	-----	
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	204	
7.8	<b>PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO</b>	<b>Início do exercício</b>	<b>Fim do exercício</b>
		7	10
7.9	<b>A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA</b>		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10	<b>CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS</b>	Sim X	Não
	Concessionário: EDP Distribuição - Energia, S. A.		
	Objeto da concessão: Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Vale de Cambra		
	Data da concessão: 09 de agosto de 2001		
	Período da concessão: 20 anos		
	Natureza da concessão: Contrato administrativo		
7.11	<b>MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES</b>	Sim	Não X





Apresenta-se de seguida a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

<b>DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS</b>	
<i>(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)</i>	
PERÍODO	2021/01/01 - 2021/12/31
DO ANO CONTABILÍSTICO	2021
Conta	Euros
Caixa	9 011,23 €
Depósitos à ordem	9 500 484,69 €
Depósitos à ordem no Tesouro	
Depósitos bancários à Ordem	9 500 484,69 €
Depósitos a prazo	
Depósitos consignados	
Depósitos de garantias e cauções	
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>9 509 495,92 €</b>

O saldo da gerência inclui 8.850.781,04€ de Operações Orçamentais e 658.714,88€ de Operações não Orçamentais.

## 1.2 — Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

Conforme referido, as demonstrações financeiras foram estruturadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, bem como a aplicação das Normas de Contabilidade Pública relevantes para a entidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Neste enquadramento, o Município efetuou os seguintes procedimentos, em conformidade com o que se encontra previsto na Norma Internacional de Contabilidade Pública n.º 33 (IPSAS 33), de aplicação supletiva ao SNC-AP, em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual:

- Reconhecimento de todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecimento de itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
- Reclassificação de itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria; e
- Aplicação das normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

A IPSAS 33 prevê adicionalmente a possibilidade de haver um período de transição mais alargado, até 3 anos, para matérias mais complexas, sem que as mesmas comportem qualquer incumprimento face ao previsto no normativo, por se encontrarem devidamente justificadas face a tal complexidade e à impossibilidade de implementação efetiva no período que inicia a 1 de janeiro de 2020, data da adoção pela primeira vez do SNC-AP. Não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta de tempo e recursos necessários, situação que prevemos seja ultrapassada no decurso do exercício de 2022. No entanto é apresentado no Relatório de Gestão uma análise dos custos e rendimentos por funções e por unidades orgânicas. É de referir o esforço adicional empregado à prossecução do relato referente a esta análise, sendo que o resultado do mesmo se traduz então num acréscimo de informação relativamente ao ano transato. Assim, verifica-se a inclusão da análise dos rendimentos por funções e por unidades orgânicas, que então se junta à análise dos custos, o que se materializa numa melhoria da informação de gestão.

Assim, apesar do Município possuir esta informação, o sistema de informação não está ainda parametrizado por forma a que sejam preparadas Demonstrações de Gestão e divulgada a informação requerida na nota 21 – Relato por segmentos, de acordo com o estabelecido na NCP 25, situação que prevemos seja ultrapassada no decurso do exercício de 2022. Para esta divulgação é necessária a informação prevista na NCP 27 Contabilidade de Gestão referida anteriormente. No Relatório de Gestão e nas notas do

Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Município.

Não foi aplicada a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: na ótica do concedente, relacionada com o contrato de concessão celebrado entre o Município de Vale de Cambra e a EDP Distribuição, S.A., por manifesta falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependerá sempre de informação do próprio concessionário.

## **2. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Mais especificamente, o foco incidiu na NCP 2, que tem como objetivo estabelecer os critérios para a seleção e alteração de políticas contabilísticas, bem como o tratamento contabilístico e a divulgação de alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros.

Nesse sentido, quando a um acontecimento ou transação se aplicar uma NCP, a política ou políticas contabilísticas aplicadas a esse item são determinadas pela aplicação dessa NCP. No entanto, existem transações ou acontecimentos que não têm NCP específica, pelo que o Município utiliza o seu julgamento no desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística, ponderando os requisitos e orientações previstos noutras NCP que tratam de matérias semelhantes e/ou relacionadas e as definições e critérios de reconhecimento e mensuração previstos na Estrutura Conceptual do SNC-AP.

Por conseguinte, definida uma política contabilística, ela é alterada quando for exigido por uma outra NCP, ou resultar em informações mais fiáveis e mais relevantes sobre os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições sobre a execução orçamental, posição financeira, desempenho financeiro ou fluxos de caixa da entidade.

São alterações de políticas contabilísticas a alteração de uma base de contabilidade para outra, ou então, a alteração no tratamento contabilístico, reconhecimento ou mensuração de uma transação. As alterações das políticas contabilísticas são aplicadas retrospectivamente, ajustando-se o saldo de abertura de cada componente do património líquido afetado no período anterior apresentado.

## **2.1 - Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos do Município.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Com base na informação disponível e expectativas futuras, o Município possui capacidade para a manutenção da sua atividade de prestação de serviços públicos no seu âmbito de atuação.

## **2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes**

### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que são detidos para uso na produção de bens e serviços, para alugar a terceiros ou para fins administrativos e se espera que sejam usados por mais de um período de relato.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos

custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Município, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O Município procede a testes de imparidade relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico destes ativos excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu “justo valor deduzido de custo de alienação” e o seu “valor de uso”, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir obter do uso continuado dos ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

<b>Classe</b>	<b>Anos</b>
Infraestruturas	20
Terrenos e recursos naturais	---
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Para os bens adquiridos e/ou com início de utilização após 1 de janeiro de 2020, as vidas úteis dos bens foram estabelecidas de acordo com o Classificador Complementar 2 (CC2), capítulo 7 do Plano de Contas Multidimensional.

No caso dos bens adquiridos e com início de utilização antes de 1 de janeiro de 2020, o período de vida útil foi atualizado a 1 de janeiro de 2020 para o estabelecido no CC2 para a classe de edifícios e outras construções, mantendo-se as vidas úteis definidas no CIBE, para as restantes classes de bens.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

### **Ativos Intangíveis**

O Município reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Entidade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

<b>Classe</b>	<b>Anos</b>
Goodwill	--
Projetos de desenvolvimento	--
Programas de computador e sistemas de informação	1 a 8
Propriedade industrial e intelectual	--
Outros	--



O Município procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

### **Propriedades de Investimento**

Uma propriedade de investimento é reconhecida como um ativo quando, e apenas quando for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento (tem de haver uma garantia de que a entidade irá receber as vantagens e os riscos associados ao ativo) e o custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

Uma propriedade de investimento é inicialmente mensurada ao custo de aquisição.

O custo de uma propriedade de investimento não inclui os custos correntes de serviço da propriedade (mão-de-obra, consumíveis, e o custo de pequenas peças de substituição) que são reconhecidos nos resultados quando suportados.

Quando a propriedade é adquirida numa transação sem contraprestação (por cedência ou apropriação), é mensurada ao justo valor sendo este considerado o custo de aquisição na data inicial.

A análise da imparidade das propriedades de investimento segue a mesma metodologia dos ativos fixos tangíveis, já descrita acima.

## **Participações Financeiras**

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método do justo valor, o investimento vai sendo ajustado, pelo menos em cada data de reporte, para o seu justo valor nessa data. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do período em que ocorrem.

A opção de mensuração das participações financeiras ao justo valor só está disponível para as participadas cujos instrumentos de capital próprio sejam negociados publicamente ou, não o sendo, cujo seu justo valor possa ser obtido de forma fiável. A NCP 18 determina que o justo valor é apurado com base na cotação de mercado do instrumento, quando ele existe, ou com base em técnica de avaliação.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

É aplicado o método de equivalência patrimonial quando existe um controlo conjunto, acordo vinculativo, influência significativa e ou se julgue conveniente que este será o melhor método para valorização da participação atendendo a toda a legislação e normativos aplicáveis.

## **Inventários**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Município reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

## **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

## **Ativos, Passivos e Instrumentos Financeiros**

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, o Município mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam ligados a instrumentos financeiros e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida quando executados, e se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- ativos financeiros que o Município designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade;
- ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo -se os casos típicos de risco de crédito).

Após o reconhecimento inicial, o Município mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

## Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

Considera-se que existe prova objetiva de imparidade quando ocorre os seguintes eventos de perda:

- significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- o credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou sectoriais adversas.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes são agrupados com base em similares características de risco de crédito.

### **Rendimento de transações sem contraprestação**

O Município reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e os critérios de reconhecimento.

Um anúncio de uma intenção de transferir recursos para o Município não é em si mesmo suficiente para identificar esses recursos como controlados. O Município apenas reconhece um ativo quando pode reclamar esses recursos e excluir ou regular o acesso do cedente a esses recursos.

Em algumas situações, a obtenção de controlo do ativo pode também acarretar com ele obrigações. Nestes casos o Município reconhece também um passivo.

Caso existam restrições sobre ativos transferidos, o Município procede à sua divulgação.

Ofertas e doações, incluindo bens em espécie: quando as condições de reconhecimento estão cumpridas, é reconhecido um ativo por contrapartida de capitais próprios. O ativo é mensurado pelo seu justo valor ou, no caso de terrenos e edifícios, pelo seu valor patrimonial bruto.

### **Rendimento – Transações com contraprestação**

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no

tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador;
- A entidade não manter envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:
- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

### **Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido e subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que

eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, o tratamento passa a ser o referido no parágrafo anterior.

Um subsídio de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à entidade sem qualquer gasto futuro relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se destinarem a financiar défices de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando o Município tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado, quando é provável que um efluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e quando é possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Ativos e Passivos Contingentes**

O Município não reconhece ativos nem passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um efluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.



Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

### **Especialização de exercícios**

Relativamente ao reconhecimento de gastos e rendimentos, os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

### **Partes Relacionadas**

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

### **Acontecimentos após a data de balanço**

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

## **2.3 Julgamentos que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, tendo sempre em consideração os classificadores adotados;
- Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros;
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dividas a receber de clientes;
- Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados e outros acréscimos de gastos.
- Aplicação do método da equivalência patrimonial;
- Determinação de provisões;

- Reconhecimento do rendimento associado às taxas, impostos e outras transferências.

Para além destes principais juízos de valor e estimativas e do referido na nota 2.5, não foram identificados outros julgamentos com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

## **2.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro**

As situações identificadas que são suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte encontram-se detalhadas na nota 2.3.

Não se identificaram situações que coloquem em causa a continuidade do Município.

## **2.5 — Principais fontes de incerteza das estimativas**

O SNC-AP requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são divulgados na nota 2.3 com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Entidade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Município é apresentada na nota 2.2.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Município, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Órgão Executivo considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma

adequada a posição financeira do Município e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### **3. Ativos Intangíveis**

Um Ativo Intangível é um ativo não monetário identificável e sem substância física.

As depreciações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados por naturezas.

No mapa que será apresentado abaixo com a quantia escriturada de Ativos Intangíveis e com os movimentos do período, referir que o valor da coluna Transferências Internas está com um valor total de zero que resultou da transferência de um valor de imobilizado em curso para “Outros”.

O quadro referente aos Ativos Intangíveis é apresentado abaixo:

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
			Adições	Transferências inter-entidades	Amortizações por período	
	Ativos Intangíveis	284 186,89 €	57 857,79 €		-76 233,82 €	268 810,86 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
AI2	Goodwill					
AI3	Projetos de desenvolvimento					
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		5 648,78 €		-313,82	5 334,96 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual					
AI6	Outros	252 995,18 €	25 877,40 €	32 874,12 €	-75 920,00 €	235 826,70 €
AI7	Ativos intangíveis em curso	31 191,71 €	26 331,61 €	-32 874,12 €		24 649,20 €
	<b>TOTAL</b>	<b>284 186,89 €</b>	<b>57 857,79 €</b>		<b>-76 233,82 €</b>	<b>265 810,86 €</b>

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

Um Ativo Fixo Tangível é um bem com substância física e são bens de domínio privado ou de domínio público.

Relativamente a esta rubrica ainda está a decorrer um trabalho de análise a bens que estão totalmente amortizados e que se encontram obsoletos, de forma a desreconhecer o ativo bruto e depreciações acumuladas, sem que exista impacto ao nível do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, uma vez que se trata de bens já totalmente depreciados. Ainda assim em 2021 foram efetuados abates de vários equipamentos e ainda foram alienadas, através de Hasta Pública nº 76/2021, várias viaturas:

- Mitsubishi Canter (60-90-LX); Autocarro transportes escolares (71-91-JZ); Hiunday (21-69-XZ); Opel Vivaro (95-05-UP); Ford Transit (59-39-MX); Pavimentadora Bitelli (totalmente depreciada), com aquisição pelo Município de nova pavimentadora (DynaPac F6C).

Nos Municípios têm particular preponderâncias as infraestruturas.

De referir que em termos contabilísticos a passagem de imobilizado para firme ocorre apenas quando é elaborada a conta final da empreitada pela divisão de obras municipais.

Em 2021 foram dadas como terminadas as seguintes obras (as mais relevantes):

- Requalificação da Escola EB 2,3 das Dairas, valor 2.103.407€;
- Execução da Rede de Percursos Pedonais Contínuos e Livres de Obstáculos, valor 598.775€;
- Via Pedonal e Ciclável Estruturantes nas Ligações Norte/sul, valor 749,841€;
- Pavimentação da Estrada de Porto Novo a Cancelo, valor 270.100€;
- Casa da Broa de Paraduça, valor 204.421€;
- Centro Interpretativo da Serra da Freita, valor 171.004€;
- Pavimentação da E.M. 550-4 (Arões/ Junqueira de Baixo) e E:M. 550-3 (Paço de Mato/Vilar), valor 128.819€;
- Aplicação de Guardas Metálicas de proteção em diversas vias municipais do Concelho, valor 73.370€.
- Construção de Bancada no Campo de Futebol Sintético Nº2 – Dairas, valor 99.637€;
- Parque de Autocaravanas, valor 49.420€;
- Intervenção no Reservatório R5 (Reservatórios Novos), para Implementação de Zonas

de Medição e Controlo, valor 40.901€;

- Reabilitação do Pavimento da Faixa de Rodagem da Praça da República – Macieira de Cambra, valor 44.153€;
- Levantamento/ Reassentamento de tampas de caixas de visita das redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, valor 32.860€;
- Rede de Drenagem de águas Residuais na Rua do Souto, valor 20.933€;
- Rede de Abastecimento de água na Rua do Souto, valor 8.786€;
- Sinalização Horizontal em Vias Municipais, valor 31.242€;

A 31/12/2021 estão em curso as seguintes obras (as mais relevantes):

- Centro de Artes e Espetáculos (Reabilitação do Antigo Cinema ), valor 2.062.274€;
- Reabilitação dos Pavimentos em várias Vias do Município, 395.667€;
- Arranjo Urbanístico da Praça/ Jardim de Junqueira, valor 163.089€;
- Implementação de ZMC para Controlo de Perdas no Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Vale de Cambra, valor 150.947€;
- Alargamento e Beneficiação da Rua do Talhadouro – S. Pedro de Castelões, valor 77.304€;
- Pavimentações em várias Vias Municipais – 2021, valor 90.089€;
- Rua de Acesso ao Parque Industrial de Algeriz, valor 48.108€;
- Demolição de várias Construções no Município, valor 24.414€.
- Espaço “Cidadão” nas freguesias, valor 26.570€.

Em 05-03-2013, foi celebrado contrato de comodato entre o Município de Vale de Cambra e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, tendo por objeto o prédio autónomo, inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, sob o artigo 2416 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vale de Cambra, sob o nº 2271/20150903, a favor do Município, com a área total de 4.390m<sup>2</sup>.

Em 09-02-2021 a Câmara Municipal deliberou aprovar a extinção parcial deste contrato de comodato, deixando o mesmo de incidir sobre uma parcela do prédio, com a área de 1877m<sup>2</sup>, para ser afetada à implementação de equipamento destinado à gestão de fogos florestais/ Centro de Meios Aéreos.

Em 07-05-2021 a Câmara Municipal deliberou indemnizar a Associação Humanitária dos

Bombeiros de Vale de Cambra, no valor de 364.000€, pelas benfeitorias levadas a efeito na parcela de terreno em apreço.

Sendo que, com a extinção do comodato sobre a referida parcela do prédio (com a área de 1877m<sup>2</sup>) e com a indemnização à AHBVVC, ao abrigo do disposto no artigo 1325 do Código Civil, as referidas construções passam a integrar o património Municipal.

Assim, foram inseridos os seguintes bens no património Municipal em 07-05-2021:

- Edifício e tanque de apoio à Helipista, valor 163.200€;
- Helipista, valor 87.600€;
- Plataforma de depósitos, valor 56.100€;
- Plataforma para construção de pavilhão, valor 27.700€;
- Arruamentos, valor 29.400€.

Contratos de compra e venda de imóveis realizados em 2021:

- Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 53-A - Título de constituição de direito de superfície por 50 anos a favor da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho e da Fundação Luíz Bernardo de Almeida.

Prédio inscrito sob os artigos 2611 e 2643 U, descrito sob o 1174/20020502, valor 135.360,00€ e 48.688,00€.

- Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 53-A – Título de compra e venda, parcela com a área de 784 m<sup>2</sup>, que sai do artigo 1583 R para domínio público: Continuação de arruamento da Rua das Regadas (Arruamento a Nascente da Escola Primária). Valor acordado e negociado em 2001 e já pago 57.361,75€ em 2001, valor total 87.289,60€.

- Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 53-A – Título de Expropriação amigável – compra. Aquisição da parcela 49 da Obra Parque Urbano/ Valorização Ambiental da Envolvente do Rio Viges – 1ª fase, prédio inscrito sob o artigo 1767 R descrito sob o 2520/20190927, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, valor 23.900,10€.

- Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 53-A – Título de compra e venda - compra. Ligação de circuito pedestre e ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo dos rios Viges e Caima – parcela 5, prédios com a área de 1955/cada, inscritos sob os artigos 1653 R e 1655 R, descritos sob o 2464 e 2466/20190122, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho,



valor 21.505,00€.

- Casa Pronta n.º 29790/2021 da Conservatória de Vale de Cambra – Título de compra e venda - compra. Ligação de circuito pedestre e ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo dos rios Viges e Caima – parcela 19, prédio com a área de 2925m<sup>2</sup>, inscritos sob os artigos 8528 R, descritos sob o 5180/20100602, da Freguesia de S. Pedro de Castelões, valor 16.087,50€ (valor de terreno) e 5.168,00€ (benfeitorias).

- Casa Pronta n.º 30046/2021 da Conservatória de Vale de Cambra – Título de compra e venda - venda. Venda de prédio – desafetado do domínio público – Valinho – S. Pedro de Castelões, prédio inscrito sob o artigo P5433 urbano, descrito sob o 8213/20210708, da Freguesia de S. Pedro de Castelões, valor 409,84€.

- Oficial Público n.º 52/2021 do Município de Vale de Cambra – Título de compra e venda - compra. Ligação de circuito pedestre e ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo dos rios Viges e Caima – parcela 11, prédio com a área de 141.50m<sup>2</sup> inscrito sob o artigo 8510R, da Freguesia de S. Pedro de Castelões, valor 778,25€.

- Oficial Público n.º 57/2021 do Município de Vale de Cambra – Título de compra e venda - compra. Ligação de circuito pedestre e ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo dos rios Viges e Caima – parcela 34, prédio com a área de 159,20m<sup>2</sup> inscrito sob o artigo 7976R, da Freguesia de S. Pedro de Castelões, valor 875,60€.

- Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 60-A – Título de compra e venda - venda. Venda de prédio – desafetado do domínio público – curtinhas, prédio inscrito sob o artigo 3446 R, descrito sob o 32577/20210628, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, valor 710,12€.

- Casa Pronta n.º 34.847/2021 da Conservatória de Vale de Cambra – Título de compra e venda - venda. Venda de prédio – desafetado do domínio público – União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, prédio inscrito sob o artigo P2684 urbano, descrito sob o 2586/20210910, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, valor 7.239,95€.

- Casa Pronta n.º 35384/2021 da Conservatória de Vale de Cambra – Título de compra e venda - compra. Ligação de circuito pedestre e ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo dos rios Viges e Caima – parcela 24, prédio com a área de 2680m<sup>2</sup>, inscritos sob n.º 8004, descrito sob o 5546/20101104, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, valor 14.740,00€.

- Oficial Público n.º 91/2021 do Município de Vale de Cambra – Título de compra e venda - compra. Ligação de circuito pedestre e ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de

Burgães ao longo dos rios Viques e Caima – parcela 23, prédio com a área de 182m<sup>2</sup> inscrito sob o 8595, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, valor 1.701,00€.

- Casa Pronta n.º 36646/2021 da Conservatória de Vale de Cambra – Título de compra e venda - Venda de prédio – desafetado do domínio público, prédio inscrito sob o artigo 3450 rústico, descrito sob o 2585/20210910, da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, valor 899,94€.

- Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 64-A – Título de compra e venda - compra. Ligação de circuito pedestre e ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo dos rios Viques e Caima – parcela 30, prédio com a área de 2120m<sup>2</sup>, inscrito sob o 7996 rústico, valor 11.660,00€.

Com a implementação do SNC-AP, o cálculo das amortizações/depreciações de Edifícios e construções foi reajustado com efeito retrospectivo, pelo que a vida útil dos Edifícios e outras construções foi corrigida de acordo com o novo normativo (taxas do novo classificador CC2). Relativamente às depreciações do equipamento básico, incluindo as infraestruturas e para todas as outras classes de bens, não foram registados ajustamentos retroativos, mantendo-se as taxas provenientes do anterior classificador (CIBE). Para todos os bens adquiridos em 2020 e 2021, foram aplicadas as taxas conforme previsto no CC2.

Para os bens adquiridos após 2015 (inclusive) são aplicadas as taxas de amortizações pelo regime duodecimal. Antes disso era aplicado o regime anual.

Está incluído nos Ativos Fixos Tangíveis o Parque de Estacionamento Subterrâneo, incluído no património municipal em 29-12-2017, com o valor de 4.900.387€, atualmente com o valor líquido de 3.699.386,95€.

Para o apuramento do valor registado em Trabalhos para a Própria Entidade, foram retirados valores da contabilidade patrimonial e considerados os projetos mais relevantes. O cálculo dos Trabalhos para a Própria Entidade foi efetuado com o recurso a listagens das aquisições de matérias-primas (conta 31.6.1) para as obras efetuadas por administração direta.

O Município tem vindo a efetuar análise dos bens registados contabilisticamente e o seu registo, ou falta dele, na conservatória, e conseqüentemente é efetuada também a análise inversa. Não se esperam desta situação correções significativas aos Ativos Fixos Tangíveis ou Propriedades de Investimento.

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados por naturezas.

O Município tem ainda em uso, apesar de se encontrarem totalmente amortizados, ativos fixos tangíveis no valor de 20.761.985,26€, passíveis de serem desagregados por classes, conforme se apresenta no quadro seguinte.

<b>Classe</b>	<b>Valor</b>
Infraestruturas	11.124.118,06€
Edifícios e outras construções	3.004.703,02€
Equipamento básico	3.529.081,21€
Equipamento de transporte	1.015.368,68€
Equipamento administrativo	959.640,53€
Outros ativos fixos tangíveis	1.129.073,76€
TOTAL	20.761.985,20€

O quadro referente aos Ativos Tangíveis é apresentado de seguida:

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período			Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	
Bens domínio público, patr. histórico, artístico e cultural	39 627 494,46 €	411 248,45 €	2 385 910,51 €	-2 431 646,08 €	39 993 007,34 €
Terenos e recursos naturais	8 623 772,00 €	106 415,45 €	29 927,85 €		8 760 115,30 €
Edifícios e outras construções	750 356,57 €		99 636,53 €	-42 446,86 €	807 546,24 €
Infraestruturas	29 722 201,98 €	304 833,00 €	2 254 238,13 €	-2 349 383,89 €	29 931 889,22 €
Património histórico, artístico e cultural	497 271,16 €		2 108,00 €	-38 788,25 €	460 590,91 €
Outros	33 892,75 €			-1 027,08 €	32 865,67 €
Bens de domínio público em curso					
Ativos fixos em concessão					
Terenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Infraestruturas					
Património histórico, artístico e cultural					
Ativos fixos em concessão em curso					
Outros ativos fixos tangíveis	36 650 633,50 €	4 327 092,98 €	-2 443 635,62 €	-1 280 625,20 €	36 987 511,24 €
Terenos e recursos naturais	7 476 098,18 €				7 476 098,18 €
Edifícios e outras construções	22 505 267,51 €	7 549,00 €	2 785 469,53 €	-671 335,29 €	24 586 427,91 €
Equipamento básico	513 518,20 €	504 700,87 €	0,00 €	-298 586,62 €	706 035,98 €
Equipamento de transporte	395 777,97 €	38 290,00 €	155 061,44 €	-86 553,04 €	347 514,93 €
Equipamento administrativo	371 327,01 €	281 803,51 €		-178 152,18 €	471 871,76 €
Equipamentos biológicos					
Outros	122 152,46 €	97 183,60 €		-45 998,07 €	119 670,90 €
Ativos fixos tangíveis em curso	5 266 492,17 €	3 397 566,00 €	-5 384 166,59 €		3 279 891,58 €
<b>TOTAL</b>	<b>76 278 127,96 €</b>	<b>4 738 341,43 €</b>	<b>-57 725,11 €</b>	<b>-3 712 271,28 €</b>	<b>76 980 518,58 €</b>

## **6. Locações**

No ano de 2021 não existiram bens em regime de locação financeira.

## **7. Custo de Empréstimos Obtidos**

O Município não capitalizou em 2021 quaisquer gastos com juros, uma vez não se tratam de juros que fossem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

O Mapa dos Empréstimos é apresentado em anexo a este documento.

Não são apresentadas as taxas de juros, mas é apresentado o pagamento de juros e outros encargos no exercício por cada financiamento.

## 8. Propriedades de Investimento

À data de relato existem dois edifícios afetos a propriedades de investimento:

- Bar e restaurante situado à superfície do Parque Subterrâneo, valor líquido 135.325,52€;
- Edifício para apoio ao Parque Urbano, valor líquido 307.656,52€.

### Quantia Escriturada e Movimentos

Rubrica	Propriedades de Investimento	Quantia Escriturada Inicial	Variasões		Gastos do período	Rendimento do período	
			Depreciações do Período	Quantia escriturada final		Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	454 047,12€	-11 065,08€	442 982,04€			
PI1	Bens de domínio público						
PI2	Terrenos e recursos naturais						
PI3	Edifícios e outras construções	454 047,12€	-11 065,08€	442 982,04€		10 713,50€	
PI4	Outras propriedades de investimento						
PI5	Propriedades de Investimento em curso						
	<b>Total</b>	<b>454 047,12€</b>	<b>-11 065,08€</b>	<b>442 982,04€</b>	<b>0,00€</b>	<b>10 713,50€</b>	<b>0,00€</b>

## 10. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Município reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

À data deste relatório foram criadas imparidades nos stocks no valor de 74.483,53€, dada a existência de alguns bens com reduzida rotação. A razão para a não utilização tão frequente de algumas peças está relacionada com o facto de serem peças de condutas mais antigas e que não têm registado necessidade de reparação.

Esta rubrica e os movimentos do período detalham-se como se segue:

### MUNICIPIO DE VALE DE CAMBRA

Período de 2021/01/01 a 2021/12/31

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	0,00 €	11 287,59 €	11 287,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	269 639,50 €	488 305,33 €	419 143,58 €	0,00 €	74 483,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	264 317,72 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>269 639,50 €</b>	<b>499 592,92 €</b>	<b>430 431,17 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>74 483,53 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>264 317,72 €</b>

## 13. Rendimento de Transação com Contraprestação

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento de transação com contraprestação, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços, estão já apresentados no capítulo 2, acima.

<b>Tipo de transação com contraprestação</b>	<b>Rendimento do período reconhecido</b>
Prestação de serviços	552.495,95€
Venda de bens	789.047,32€
Juros	0,00€
Royalties	0,00€
Dividendos ou distribuições similares	0,00€
Outros	964.750,73€
<b>Total</b>	<b>2.106.294,00€</b>

Como rendimentos com contraprestação são identificadas as Vendas (saldo apresentado diz essencialmente respeito à venda de abastecimento água efetuado pelo Município), as Prestações de Serviços (que inclui nomeadamente o tratamento de águas residuais, os rendimentos com acesso ao parque de estacionamento, utilização de piscinas ou pavilhões municipais, participações em mercados e feiras, entre outros).

Na rubrica “Outros” estão incluídos os valores de rendas cobradas no ano, nomeadamente as rendas cobradas à EDP (682.085,88€) e ainda mais valias com alienação de ativos fixos tangíveis (19.369,85€). Nesta rubrica estão ainda incluídos valores de despesas debitadas a outras entidades.

Em 2021, tal como em 2020, no âmbito da pandemia COVID-19 que afetou a sociedade em termos mundiais, registaram-se diminuições nos valores de receitas recebidas pelo Município, nomeadamente pelo encerramento de feiras, mercados, piscinas e mercados municipais.

Adicionalmente em termos da cobrança de rendas, dadas as dificuldades sentidas ao longo do ano pelos arrendatários e dado a obrigação do encerramento em alguns períodos do ano, também foi cancelada a cobrança de algumas rendas durante o ano de 2021, tal como aconteceu em 2020.



## 14. Rendimento de Transação sem Contraprestação

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento de transação sem contraprestação, estão já apresentados no capítulo 2, acima.

No ano de 2021 verificaram-se os seguintes valores de transferências sem contraprestação:

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido	
	Resultados	Património líquido
Impostos diretos	3.296.741,55€	
Impostos indiretos	782.922,88€	
Taxas	306.237,20€	
Multas e outras penalidades	5.197,08€	
Transferências sem condição	7.058.042,98€	1.429.611,00€
Transferências com condição	387.972,14€	
Legados, ofertas e doações		
Imputação de Subsídios ao Investimento	1.294.496,08€	-1.294.496,08€
<b>Total</b>	<b>13.131.609,99€</b>	<b>135.114,92€</b>

O valor apresentado no quadro acima corresponde inclui valores recebidos no período de impostos diretos, indiretos, taxas, multas e outras penalidades, no total representam cerca de 4.361.725,00€. A maior parte destes valores corresponde a valores recebidos da Autoridade Tributária que efetua as cobranças de IMI, IMT, Derrama e IUC aos Municípios e às empresas dos Municípios.

Adicionalmente estão também neste valor incluídos valores de transferências sem condição, nomeadamente valores que foram recebidos pelo Município em 2021 do Orçamento de Estado. Parte destes valores 7.058.042,98€ estão registados em resultados e outra parte é registada diretamente no Património Líquido dado que resultam de transferências de capital (1.429.611,00€).

Nas transferências com condição estão registados os valores recebidos da DGESTE (essencialmente) relacionadas com atividades de componente social pré-escolar, pessoal auxiliar, refeições escolares, entre outras.

Na linha “Imputação de Subsídios ao Investimento” estão registados os valores de rendimentos que foram imputados ao exercício dos subsídios ao investimento de obras já concluídas. Este valor afeta positivamente a rubrica de resultados e negativamente o Património Líquido.

De acordo com a NCP 14, e conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, estão registados na conta 20 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis 451.612,40€ que correspondem aos valores de pedidos de pagamento submetidos até 31/12/2021 e que até ao final do exercício de relato não foram recebidos.

## 15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

No exercício de 2021 o valor de provisões e os movimentos foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escrituradas inicial	Aumentos		Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas							
Garantias a clientes							
Processos judiciais em curso	548.969,31€	221.731,67€	221.731,67€	11.741,55€	32.606,93€	44.348,48€	726.352,50€
Acidentes de trabalho e doenças profissionais							
Matérias ambientais							
Contratos onerosos							
Reestruturação e reorganização							
Outras provisões							
<b>Total</b>	<b>548.969,31€</b>	<b>221.731,67€</b>	<b>221.731,67</b>	<b>11.741,55€</b>	<b>32.606,93€</b>	<b>44.348,48€</b>	<b>726.352,50€</b>

Em 2021 verificou-se o término de alguns processos, gerando uma reversão de 25.125,00€ Adicionalmente houve sentença de um processo que levou a uma utilização de provisão de 11.741,55€ e uma reversão adicional de 7.481,93€.

Em sentido contrário, foram iniciados novos processos contra o Município em 2021, e foram criadas provisões que correspondem à expectativa de perda, de acordo com informação de mandatários externos e dos serviços jurídicos municipais.

É nossa convicção que as provisões constituídas são suficientes face aos processos instaurados contra o Município de Vale de Cambra. De igual forma não é expectável que existam responsabilidades adicionais relevantes com os processos de expropriação em curso.

Não foram identificados ativos ou passivos contingentes para divulgação.

## **17 – Acontecimentos após a data de relato**

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Órgão Executivo em 19 de abril de 2022. As demonstrações financeiras encontram-se ainda sujeitas à aprovação da Assembleia Municipal.

Ocorreram acontecimentos após a data do balanço que necessitam de ser divulgados mas sem impacto nas demonstrações financeiras, nomeadamente o facto da economia portuguesa estar a ser afetada pelo conflito na Ucrânia, iniciado a 24 de fevereiro, com a invasão russa, sobretudo através de efeitos indiretos.

Portugal não tem necessariamente a mesma dependência das importações de gás da Rússia que alguns dos países europeus pelo que a vulnerabilidade que parece existir para o nosso país é como importador de petróleo. Assim, assiste-se já a um aumento sem precedentes dos custos de energia e dos custos de transporte. Tal conduz invariavelmente ao aumento de preço da generalidade dos bens, conduzindo ao aumento da despesa municipal.

A incerteza que derivará de uma maior duração do conflito, que poderá conduzir a inflação, ligada a poder de compra das famílias mais fraco, os índices de confiança mais baixos e investimentos que poderão ser adiados, com impacto para a competitividade corporativa. Assim, também uma produção económica menor do que a esperada, inclusive na economia local, levará a menos receitas arrecadadas.

Importa ainda ter presente que a preparação e aprovação dos documentos previsionais para 2022 – Orçamento e Grandes Opções do Plano – não tiveram em linha de conta os efeitos económico-financeiros atrás expostos, dados os seus timings para aprovação. Não sendo ainda possível quantificar aqueles efeitos, será certo que as áreas de atuação do município que serão afetadas serão, desde logo, todas aquelas que dependem em primeira instância de matérias primas que têm vindo a sofrer nas semanas subsequentes ao estalar do conflito fortes subidas de custo, como sejam os combustíveis, materiais de

construção civil, abastecimento de água e saneamento, massas asfálticas e betuminosas, mas também ao nível de bens alimentares, o que impactará necessariamente nos custos das refeições escolares. Prevê-se que outros serviços terciarizados fortemente dependentes também dessas matérias primas venham a aumentar os custos, como os transportes escolares, a recolha de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana.

Pelo exposto, não estando em questão o cumprimento dos compromissos municipais, não é possível no curto prazo medir o impacto que aquele conflito terá nas contas do município. Não obstante, é expectável a necessidade de reequacionar o plano de atividades, redirecionando criteriosamente dotações para as áreas atrás referidas.

Adicionalmente, a produção de efeitos em 2022 do preconizado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto – Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais trará aos municípios portugueses e em particular ao Município de Vale de Cambra grandes incertezas ao nível de responsabilidades e custos financeiros associados, mormente no que respeita a três grandes áreas – educação, saúde e social.

De facto, e após a concretização já operada via diversos decretos-lei, permanece a dúvida sobre a adequabilidade do envelope financeiro associado a cada uma das transferências de competências, dada, desde logo, perda de escala, o desconhecimento de determinados dossiers que possam existir em cada uma das instituições, a evolução das carreiras dos recursos humanos inerentes, e o próprio aumento de preços generalizado decorrente de eventos como o conflito na Ucrânia. Associado a isto, uma gestão de proximidade, responsabilidade e interesse acrescentará, indubitavelmente, valor ao processo, mas será prematuro uma avaliação mais concreta dos custos financeiros e económicos.

Entende-se que o que é legalmente imposto será tratado pelo município com o máximo de rigor, mas a este nível as negociações com o poder central terão que ser constantes.

## **18 - Instrumentos financeiros**

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras estão relatadas no capítulo 2, acima.

## 18.1 – Entidades Participadas

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	CAPITAL	Participação no final do exercício		Quantia Escriturada		Método de Mensuração
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Inicial	Final	
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Sociedade Anónima	38212	8.500.000,00€	96.275,00€	1,13%	369.217,49€	367.977,26€	MEP
Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	E.M., S.A.	71120	3.236.678,67€	24.950,00€	0,80%	25.307,94€	26.147,92€	MEP
Associação de Municípios Terras de Santa Maria	501651888	AM	84123	5.273.729,95€	122.806,00€	16,67%	1.249.509,65€	1.043.527,85€	MEP
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	Sociedade Anónima	35220	20.500.000,00€	3.895,00€	0,02%	3.895,00€	3.895,00€	Custo
<b>TOTAL</b>					<b>1 647 930,08€</b>		<b>1 441 548,03€</b>		

No Balanço na rubrica de participações financeiras está ainda incluído o valor de 469.616,00€ referente à participação no FAM.

A entidade participada AMTSM não tem as contas aprovadas à data de relato, pelo que se procedeu à utilização dos últimos elementos disponíveis do exercício 2021. No entanto, não se perspetivam alterações relevantes nas respetivas contas pelo que o ajustamento, a existir, não será significativo.

A contribuição da participação do Município na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e na Área Metropolitana do Porto (AMP) foram registadas em anos anteriores como gasto. O Município não recebeu ainda contas destas duas entidades, tendo recebido apenas o balancete da AMP, que foi considerada no endividamento do Município, em cerca de 8.578,12€. Assim é nossa convicção que o possível efeito destas entidades não será significativo nas Demonstrações Financeiras, nem na informação complementar apresentada. De igual modo, o Município possui comparticipação em outras entidades que assume a forma de quota ou contribuição financeira, sendo registados estes encargos em gastos todos os anos.

Não há obrigação de o Município apresentar contas consolidadas. Assim foi aplicado o método de equivalência patrimonial às entidades referidas anteriormente, dado que este será o melhor método para valorização da participação atendendo a toda a legislação e normativos aplicáveis, nomeadamente, para se dar uma imagem verdadeira e apropriada.

O efeito nas demonstrações financeiras da aplicação do MEP, reconhecido na conta 78.5 e 68.5.2, no valor de 52.257,22€.

Foram ainda reconhecidas em “Outras Variações no Património Líquido”, na conta 57.1.3, no valor de (-154.124,83€).

## 18.2 – Outros Ativos Financeiros

O risco de crédito pode ser analisado como se segue:

Rubricas	Quantia escriturada bruta	Imparidade	Valor deduzido da imparidade
<b>Cientes, contribuintes e utentes</b>	<b>349.251,95€</b>	<b>-190.475,46€</b>	<b>158.776,49€</b>
Cientes	349.251,95€	-190.475,46€	158.776,49€

Foram reconhecidas no período imparidades para as dívidas de clientes com prazo

superior a 6 meses no montante de 15.285,24€. As dívidas de clientes sem imparidade correspondem a valores que se encontram por vencer ou com período de vencimento inferior a 6 meses.

Os riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio não são significativos, dado que não existem ativos financeiros remunerados ou registados em moeda estrangeira. O valor de Clientes, contribuintes e utentes está dividido em não corrente (8.568,94€) e corrente (150.207,55€).

Não existem ativos financeiros dados, em penhor, promessa de penhor ou outra forma de garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes.

## 19 – Benefícios dos Empregados

Em 31 de dezembro de 2021 o número de funcionários do município era de 204 (em 2020 de 202).

Em 2021 a rubrica de gastos com pessoal registou um aumento de 3,18%, essencialmente pela atualização dos vencimentos, nomeadamente pelo aumento do salário mínimo nacional.

Não existem responsabilidades com benefícios de reforma com funcionários.

## 20. Divulgação de partes relacionadas

### Pessoas chave da gestão

Órgão Executivo (eleitos com pelouros atribuídos em 2021)

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida
José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva	Eleito	34.568,48€
António Alberto Almeida Matos Gomes	Eleito	26.089,96€
Maria Catarina Lopes Paiva	Eleita	3.413,13€
Daniela Sofia Paiva da Silva	Eleita	22.388,30€
José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho	Eleito	26.999,37€
Mónica Pinto Seixas	Eleita	6.960,22€
André Agostinho Martins da Silva	Eleito	6.369,77€



A entidade não tem controlo sobre nenhuma das entidades em que participada/comparticipa. No entanto é apresentado num anexo a este relatório e contas o mapa das entidades e contribuições efetuadas.

Para as entidades seguintes existem as seguintes transações e saldos para além dos valores das contribuições e participações:

**- Associação de Municípios Terras de Santa Maria:**

Transferências CIAMTSM – 19.591,10€

Transferências STAR e respetiva fiscalização – 162.262,59€

Transferências Taxa de Recursos Hídricos – 21.910,19€

Outras Transferências Corerntes – 87.252,63€

Saldo em dívida em 31/12/2021 é de 18.929,63€

**- Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.,S.A.:**

Contrato de manutenção das aplicações Websig no valor de 3.567,00€

Cobertura de prejuízos de 2020 pagos em 2021 no valor de 11.794,67€

**- Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.:**

IRC e despesas bancárias no valor de 352,18€

**- ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.:**

- RSU Tarifa, limpeza das ruas, monos e ramagens – 364.729,88€

- Saldo em dívida em 31-12-2021 é de 32.600,52€

## **21 - Relato por segmentos**

Apesar do Município possuir uma análise dos custos por funções e por unidades orgânicas, o sistema de informação não está ainda parametrizado por forma a que sejam preparadas Demonstrações de Gestão e divulgada a informação requerida para o relato por segmentos, de acordo com o estabelecido na NCP 25, situação que prevemos seja

ultrapassada no decurso do exercício de 2022.

Para esta divulgação é necessária a informação prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão referida anteriormente. No Relatório de Gestão e em diversas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Município.

## 23 – Outras Divulgações

### 23.1 – Diferimentos Passivos / Subsídios

Dada a dimensão da rubrica, relatamos adicionalmente que em Diferimentos Passivos estão os valores recebidos até 31/12/2021 de subsídios ao investimento sobre obras/projetos que ainda estão em curso. Por isso, os valores não cumprem ainda a condição para serem reconhecidos como Património Líquido nem estão sujeitos a amortização. O valor apresentado nesta rubrica 1.463.492€ é decomposto da seguinte forma:

Obra em curso	Valor recebido
NORTE-05-2316-FEDER-000082-Reabilitação do antigo Cinema para Centro de Artes e Espetáculos	1 334 225,97€
Arranjo Urbanístico da Praça / Jardim de Junqueira	56 612,46€
FEDER – Controlo de Perdas no Sistema de Abastecimento de Água	72 654,53€

**1 463 492,96€**

### 23.2 – Outras contas a receber – Acréscimos de Rendimentos

Relativamente aos valores da rubrica Outras Contas a Receber, dada a sua relevância no Ativo, relatamos que dizem essencialmente respeito aos valores IMI, Derrama, Participação IVA e Participação IRS que serão recebidos em 2022 pelo Município mas que dizem respeito ao ano de 2021 e pelo princípio da especialização foram reconhecidos

como ativo em 31/12/2021 dado tratarem-se de um direito que o Município tem nessa data. Relativamente aos valores de Participação de IVA e IRS, os valores estão de acordo com que está estabelecido no Orçamento de Estado para 2021, ainda em vigor no início de 2022. Quanto ao valor do IMI e da Derrama, os valores foram estimados tendo em conta o Orçamento Municipal para 2022.

### **23.3 – Outras Contas a Pagar**

Nesta rubrica estão essencialmente registados os valores de acréscimos de gastos, nomeadamente relacionados com remunerações e encargos a liquidar em 2022 e outros acréscimos de fornecimentos e serviços externos, subsídios concedidos, etc. Adicionalmente estão também aqui refletidos os valores de cauções e retenções efetuadas a terceiros para execução de diversos contratos, incluindo obras.

### **23.4 – Património Líquido**

As alterações mais relevantes são:

- Aplicação do resultado do exercício
- Imputação dos subsídios ao investimento a rendimentos e recebimento de subsídios de imobilizado financiado, conforme divulgado na nota 14
- Efeitos do ajustamento a participações financeiras, conforme divulgado na nota 18.1.

Com a implementação do SNC-AP foram efetuados ajustamentos diretamente a Capital, em 2020, nomeadamente -176.015,61€ na rubrica de Resultados Transitados e +14.848.031,52€ na rubrica de Outras Variações no Património Líquido, sendo que esta variação pode ser verificada na Demonstração das Alterações no Património Líquido do ano de 2020, apresentada anteriormente.

## 23.5 – Subsídios Concedidos

Conta	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
601351	Freguesias (PPA)	459.000,00€	334.000,00€
601611	Instituições sem fins lucrativos (correntes)	417.682,90€	199.090,00€
601612	Instituições sem fins lucrativos (PPA)	423.545,45€	533.995,00€
6016221	Bolsa Estágio	690,32€	117,00€
6016222	Subsídio Refeição	820,44€	134,00€
6016223	Subsídio Transporte	555,84€	36,00€
6019	Outras	51.432,90€	35.593,00€
604	Transferências de capital concedidos	0,00€	0,00€
60461	Instituições sem Fins Lucrativos	182.865,50€	34.803,00€
<b>6.0</b>	<b>Transferências e subsídios concedidos</b>	<b>1.536 593,35€</b>	<b>1.137 767,00€</b>

## 23.6 – Fornecimentos e Serviços Externos

Conta	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
6.2.1	Subcontratos e concessões de serviços	1.340.685,23€	1.176.354,75€
6.2.2.1	Trabalhos especializados	636.076,81€	679.837,38€
6.2.2.2	Publicidade, comunicação e imagem	17.235,59€	11.124,57€
6.2.2.3	Vigilância e segurança	73.027,61€	69.642,43€
6.2.2.4	Honorários	65.354,77€	100.389,61€
6.2.2.5	Comissões	105.070,73€	107.824,99€
6.2.2.6	Conservação e reparação	253.677,88€	180.651,15€
6.2.3.1	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.674,22€	5.028,46€
6.2.3.3	Material de escritório	5.177,58€	4.697,09€
6.2.3.4	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	35.553,90€	69.045,85€
6.2.3.5	Material de educação, cultura e recreio	47,74€	322,75€
6.2.3.6	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos	68.850,12€	84.355,61€
6.2.3.9	Outros materiais diversos de consumo	4.166,10€	3.952,14€
6.2.4.1	Eletricidade	895.057,41€	904.964,63€
6.2.4.2	Combustíveis e lubrificantes	23.860,44€	48.132,95€
6.2.4.8	Outros Energia e fluidos	69.711,38€	5.283,19€
6.2.5.1	Deslocações e estadas	579,45€	929,25€
6.2.5.2	Transportes de pessoal	3.763,25€	19.453,50€
6.2.6.1	Rendas e alugueres	88.015,41€	89.370,29€
6.2.6.2	Comunicação	68.854,74€	65.663,25€
6.2.6.3	Seguros	39.067,59€	39.942,62€
6.2.6.5	Contencioso e notariado	20.704,05€	12.364,72€
6.2.6.6	Despesas de representação dos serviços	362,45€	194,78€
6.2.6.9	Outros serviços	603.040,42€	495.370,11€
<b>6.2</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>4.424.614,87€</b>	<b>4.174.896,07€</b>

## 23.7 – Garantias e Avals

No quadro abaixo estão evidenciados os valores de garantias e avals conforme mapa de

responsabilidade de crédito do Banco de Portugal. Destas, não é esperado que se convertam em responsabilidades efetivas.

Banco	Descrição	Data	Tipo	Valor
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	02/08/2004	Potencial	90 360€
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	23/11/1999	Potencial	37 460€
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	24/07/1998	Potencial	79 505€
CGD	Cartão de crédito – com período de free-float	28/11/2013	Potencial	2 500€
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	14/07/2009	Potencial	54 000€
BPI	Financiamento à atividade empresarial		Potencial	7 675€
TOTAL				<b>271 500€</b>

## 23.8 – Cauções e Retenções

Relativamente aos valores de cauções e retenções efetuadas a terceiros em 2021 e anos anteriores, é efetuado um controlo por parte do município, sendo que se considera passivo à data de 31/12/2021, a aguardar o término dos prazos para a sua libertação. O valor total apresenta-se no quadro seguinte.

Conta	Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Varição Absoluta
277111	Exigível até 12 meses - Individual	-624 191€	-862 688€	238 497€

## 23.9 – Covid-19

Como já referido no relatório relativo ao exercício de 2020, a pandemia provocada pela Covid-19 obrigou ao estabelecimento de medidas preventivas, através de um Plano Interno de Contingência, para fazer face ao surto e minimizar as consequências ao nível do normal funcionamento dos serviços municipais, no sentido de acautelar a saúde dos seus trabalhadores e prevenir fontes de contágio, protegendo, na medida do possível,

também os seus munícipes.

Devido a essas circunstâncias, os serviços municipais foram adaptados de forma a uma minimização do contacto social, com a salvaguarda dos serviços essenciais. Apesar de não ser possível uma quantificação exata das consequências da pandemia para as finanças municipais, estamos em condições de informar que as despesas diretas pagas para fazer face àquela doença, durante o ano de 2021, foram de 269.483,30€.

Assume-se a impossibilidade de prever as consequências totais para a economia local e que eventualmente se refletiram e refletirão nas contas do Município. Muito mais com o conflito que foi desencadeado com a invasão da Ucrânia pela Rússia, algo que destabilizou por completo a ordem mundial, logo, todos os mercados.

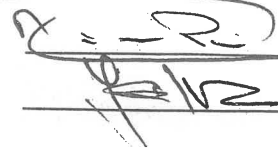
Assume-se que o abrandamento da atividade económica se traduza numa diminuição do volume de receitas municipais ao nível de impostos e taxas. Ressalva-se que não está em causa o cumprimento dos compromissos do Município.

Por outro lado, é do conhecimento público que as atividades culturais, desportivas, recreativas e outras mais vocacionadas para o turismo sofreram em 2020, e continuaram a sofrer em 2021, um revês que se pelo lado exclusivamente orçamental permitiu redirecionar verbas para o combate à pandemia, ao nível da investimento na sociedade impediu que o município de Vale de Cambra alocasse recursos em áreas tão relevantes.

# **Mapas Anexo às Demonstrações Financeiras**

# **Aprovação da Demonstração dos Fluxos de Caixa**





Handwritten signature and date: 18/2

Regressou à sessão o Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva.-----

**2. APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DE 2021 - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 22 votos a favor, com 4 abstenções (dos Deputados do PSD: João Paulo Carvalho da Silva, Rosária de Fátima Leite Tavares, Ana Rita Fernandes Martins e Daniel Alexandre Martins Barbosa), aprovar o Mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa de 2021, conforme proposta da Câmara Municipal de 8 de fevereiro de 2022.-----

**MINUTA DA DELIBERAÇÃO DO PONTO 1**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**

**APROVAÇÃO DO MAPA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 2021: -----**

Transcreve-se a informação de 02/02/2022 prestada pelo chefe da Divisão Financeira e Património, dirigida ao vereador do pelouro, António Alberto Gomes: “Venho por este meio informar que, de acordo com o preceituado na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – LOE para 2021, no seu artigo 130.º, “Após aprovação do mapa «Fluxos de caixa» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”.-----

Nesse sentido, remete-se o mapa Demonstração dos Fluxos de Caixa 2021 para apreciação em reunião de Câmara Municipal e aprovação em sessão da Assembleia Municipal.-----

O mesmo tem inerente um SGS – Saldo para a Gerência Seguinte de execução orçamental no valor de 8.850.781,04euros.”-----

**Processo Medidata n.º 1943/22. -----**

**A Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos seis membros presentes, remeter à Assembleia Municipal, o Mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa 2021, para aprovação de acordo com o artigo n.º 130.º da Lei 75-B/2020, de 31 de Dezembro – LOE 2021, nos exatos termos da informação técnica da DFP. -----

O Presidente da Reunião, \_\_\_\_\_

A Secretária \_\_\_\_\_

**Proposta de Decisão:**

Ex.mo Sr. Presidente

Sugere-se que remeta à RCM para proposta à AM e posterior envio ao sr. Presidente da Assembleia Municipal para agendamento.

O Vereador com competências delegadas com competências delegadas pelo despacho de 20/10/2021



António Alberto Gomes

**Despacho:**

À Reunião da Câmara Municipal.  
02-02-2022



Presente na reunião CM  
de 08/02/2022  
Acta n.º 10 Ponto, n.º 1  
O Funcionário,

PROC.1943/22

**INFORMAÇÃO DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Assunto** – Demonstração dos Fluxos de Caixa - Saldo de Gerência

Ex.mo Sr.

Vereador António Alberto Gomes

Venho por este meio informar que, de acordo com o preceituado na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – LOE para 2021, no seu artigo 130.º, “Após aprovação do mapa «Fluxos de caixa» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”. Nesse sentido, remete-se o mapa Demonstração dos Fluxos de Caixa 2021 para apreciação em reunião de Câmara Municipal e aprovação em sessão da Assembleia Municipal. O mesmo tem inerente um SGS – Saldo para a Gerência Seguinte de execução orçamental no valor de 8.850.781,04euros.

À consideração de V. Ex.ª,

Com os mais respeitosos cumprimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBR.

Presente na sessão de 28 02 2022

P.S.

§.

DIVISÃO FINANCEIRA e PATRIMÓNIO

02-02-2022,  
309 - RUI PEDRO FERREIRA  
VALENTE



Período : 2021/01/01 C 2021/12/31 C

(Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento

Visualizar Contas s/ Mov. ? N Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.375.803,75	1.379.746,62
Recebimentos de contribuintes		4.242.948,54	4.101.978,86
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7.447.201,95	7.278.646,80
Recebimentos de utentes		312.541,72	331.313,09
Pagamentos a fornecedores		-4.938.265,55	-4.362.717,90
Pagamentos ao pessoal		-4.575.958,30	-4.399.087,37
Pagamentos de transferências e subsídios		-1.453.325,83	-1.100.496,81
Caixa gerada pelas operações		2.410.946,28	3.229.383,29
Outros recebimentos/pagamentos		-654.132,77	79.770,76
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1.756.813,51	3.309.154,05
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4.302.775,68	-4.792.130,58
Pagamentos - Ativos intangíveis		-88.338,60	-66.253,95
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		33.864,00	273.893,50
Recebimentos - Propriedades de Investimento		709.882,76	706.997,39
Recebimentos - Transferências de capital		3.292.519,30	3.369.194,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-354.848,22	-508.299,41
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			900.719,92
Recebimentos - Doações			500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-959.859,86	-911.967,34
Pagamentos - Juros e gastos similares		-134.213,09	-144.370,88
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1.094.072,95	-155.118,30
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		307.892,34	2.645.736,34
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9.201.603,58	6.555.867,24
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		9.509.495,92	9.201.603,58
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9.201.603,58	6.555.867,24
Saldo da gerência anterior (SGA)		9.201.603,58	6.555.867,24
SGA De execução orçamental		8.312.459,02	5.739.343,20
SGA De operações de tesouraria		889.144,56	816.524,04
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		9.509.495,92	9.201.603,58
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		9.509.495,92	9.201.603,58
SGS De execução orçamental		8.850.781,04	8.312.459,02
SGS De operações de tesouraria		658.714,88	889.144,56

Presente na reunião CM  
de 08/02/2022  
Acta nº 10 Ponto nº 1  
O Funcionário,  
*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA  
Presente na sessão de 18/02/2022  
O Presidente: *[Assinatura]*  
O 1º Secretário: *[Assinatura]*

# **Demonstrações Orçamentais e Mapas Anexo**

# **Orçamento e Plano Orçamental Plurianual**

## ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Tipo de Orçamento	DA RECEITA E DA DESPESA	Tipo de Visualização	COM E SEM MOVIMENTO
Type de Dotação	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	(NOTA: Mapa gerado com opção de desagregação das classificações)	
Data			
02-03-2022			

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2021				Plano orçamental plurianual			
			Período	Soma	2022	2023	2024	2025		
R1	Receita corrente		15 016 935,21 €	15 016 935,21 €	14 176 839,00 €	14 176 839,00 €	14 176 839,00 €	14 176 839,00 €	14 176 839,00 €	
R11	Receita fiscal		4 063 000,00 €	4 063 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	
	IMPOSTOS diretos		4 063 000,00 €	4 063 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	
01	IMPOSTOS DIRECTOS		4 063 000,00 €	4 063 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	
0102	OUTROS		4 063 000,00 €	4 063 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	
010202	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS		4 063 000,00 €	4 063 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	3 814 000,00 €	
010203	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO		2 294 000,00 €	2 294 000,00 €	2 239 000,00 €	2 239 000,00 €	2 239 000,00 €	2 239 000,00 €	2 239 000,00 €	
010204	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS		640 000,00 €	640 000,00 €	600 000,00 €	600 000,00 €	600 000,00 €	600 000,00 €	600 000,00 €	
010205	DERRAMA		690 000,00 €	690 000,00 €	560 000,00 €	560 000,00 €	560 000,00 €	560 000,00 €	560 000,00 €	
R12	Impostos indiretos		439 000,00 €	439 000,00 €	415 000,00 €	415 000,00 €	415 000,00 €	415 000,00 €	415 000,00 €	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde									
R3	Taxas, multas e outras penalidades									
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		652 100,00 €	652 100,00 €	545 100,00 €	545 100,00 €	545 100,00 €	545 100,00 €	545 100,00 €	
0401	TAXAS		652 100,00 €	652 100,00 €	545 100,00 €	545 100,00 €	545 100,00 €	545 100,00 €	545 100,00 €	
040123	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS		641 350,00 €	641 350,00 €	534 350,00 €	534 350,00 €	534 350,00 €	534 350,00 €	534 350,00 €	
04012301	MERCADOS E FEIRAS		641 350,00 €	641 350,00 €	534 350,00 €	534 350,00 €	534 350,00 €	534 350,00 €	534 350,00 €	
04012302	LOTEAMENTO E OBRAS		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	
0401230201	PESSOAS SINGULARES		217 000,00 €	217 000,00 €	217 000,00 €	217 000,00 €	217 000,00 €	217 000,00 €	217 000,00 €	
0401230202	EMPRESAS		117 000,00 €	117 000,00 €	117 000,00 €	117 000,00 €	117 000,00 €	117 000,00 €	117 000,00 €	
04012303	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA		100 000,00 €	100 000,00 €	100 000,00 €	100 000,00 €	100 000,00 €	100 000,00 €	100 000,00 €	
04012306	Saneamento		9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	
0401230601	TAXA DE LIGAÇÃO		389 050,00 €	389 050,00 €	298 050,00 €	298 050,00 €	298 050,00 €	298 050,00 €	298 050,00 €	
0401230602	TAXA DE CONSERVAÇÃO		90 050,00 €	90 050,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	
04012308	TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM		299 000,00 €	299 000,00 €	298 000,00 €	298 000,00 €	298 000,00 €	298 000,00 €	298 000,00 €	
04012309	TAXA SOBRE O RUÍDO		8 000,00 €	8 000,00 €	7 000,00 €	7 000,00 €	7 000,00 €	7 000,00 €	7 000,00 €	
04012310	LICENÇA SOBRE O RUÍDO		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	
04012399	OUTRAS		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	
			18 150,00 €	18 150,00 €	3 150,00 €	3 150,00 €	3 150,00 €	3 150,00 €	3 150,00 €	





R5111		Administração Central - Estado Português				7 537 240,50 €	7 537 240,50 €	7 393 939,00 €	7 393 939,00 €	7 393 939,00 €	7 393 939,00 €
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				7 537 240,50 €	7 537 240,50 €	7 393 939,00 €	7 393 939,00 €	7 393 939,00 €	7 393 939,00 €
	0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				7 537 240,50 €	7 537 240,50 €	7 393 939,00 €	7 393 939,00 €	7 393 939,00 €	7 393 939,00 €
	060301	ESTADO				7 435 939,50 €	7 435 939,50 €	7 343 939,00 €	7 343 939,00 €	7 343 939,00 €	7 343 939,00 €
	06030101	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO				5 943 011,00 €	5 943 011,00 €	5 943 011,00 €	5 943 011,00 €	5 943 011,00 €	5 943 011,00 €
	06030102	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL				485 612,00 €	485 612,00 €	485 612,00 €	485 612,00 €	485 612,00 €	485 612,00 €
	06030103	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS				530 023,00 €	530 023,00 €	530 023,00 €	530 023,00 €	530 023,00 €	530 023,00 €
	06030106	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	06030107	PARTICIPAÇÃO NO IVA				105 243,50 €	105 243,50 €	105 243,00 €	105 243,00 €	105 243,00 €	105 243,00 €
	06030199	OUTRAS				372 000,00 €	372 000,00 €	280 000,00 €	280 000,00 €	280 000,00 €	280 000,00 €
	060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS				101 301,00 €	101 301,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €
R5112		Administração Central - Outras entidades				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	06030701	TRANSFERENCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
R5113		Segurança Social									
R5114		Administração Regional									
R5115		Administração Local									
R512		Exterior - U E									
R513		Outras									
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				1 300,00 €	1 300,00 €	1 300,00 €	1 300,00 €	1 300,00 €	1 300,00 €
	0601	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS				1 300,00 €	1 300,00 €	1 300,00 €	1 300,00 €	1 300,00 €	1 300,00 €
	060101	PÚBLICAS				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	06010199	OUTRAS				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	060102	PRIVADAS				1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €
R52		Subsídios correntes									
R6		Venda de bens e serviços									
	07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES				1 880 250,00 €	1 880 250,00 €	1 551 250,00 €	1 551 250,00 €	1 551 250,00 €	1 551 250,00 €
	0701	VENDA DE BENS				1 880 250,00 €	1 880 250,00 €	1 551 250,00 €	1 551 250,00 €	1 551 250,00 €	1 551 250,00 €
	070103	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS				1 025 350,00 €	1 025 350,00 €	794 350,00 €	794 350,00 €	794 350,00 €	794 350,00 €
	070105	BENS INUTILIZADOS				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	070108	MERCADORIAS				50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	070110	Desperdícios, Resíduos e Refugos				100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €









D13	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	122 750,00 €	122 750,00 €	103 700,00 €	103 700,00 €	103 700,00 €	103 700,00 €	103 700,00 €
	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	38 000,00 €	38 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €
	010204	AJUDAS DE CUSTO	7 950,00 €	7 950,00 €	7 900,00 €	7 900,00 €	7 900,00 €	7 900,00 €	7 900,00 €
	010205	ABONO PARA FALHAS	8 800,00 €	8 800,00 €	8 800,00 €	8 800,00 €	8 800,00 €	8 800,00 €	8 800,00 €
	010210	SUBSÍDIO DE TRABALHO NOCTURNO	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €
	010211	SUBSÍDIO DE TURNO	27 600,00 €	27 600,00 €	27 600,00 €	27 600,00 €	27 600,00 €	27 600,00 €	27 600,00 €
	010212	INDMİNIZACOES POR CESSACAO DE FUNCOES	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMÍOS	10 050,00 €	10 050,00 €	9 050,00 €	9 050,00 €	9 050,00 €	9 050,00 €	9 050,00 €
	01021301	PRÉMÍOS DE DESEMPENHO	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	01021302	OUTROS	10 000,00 €	10 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €
	010214	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPECIE	29 300,00 €	29 300,00 €	19 300,00 €	19 300,00 €	19 300,00 €	19 300,00 €	19 300,00 €
	02	Segurança social	1 175 942,00 €	1 175 942,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €
		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	1 175 942,00 €	1 175 942,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	1 175 942,00 €	1 175 942,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €
	0103	SEGURANÇA SOCIAL	1 175 942,00 €	1 175 942,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €	1 094 750,00 €
	010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	246 142,00 €	246 142,00 €	200 000,00 €	200 000,00 €	200 000,00 €	200 000,00 €	200 000,00 €
	010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	5 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €
	010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	15 000,00 €	15 000,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €
	010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	2 800,00 €	2 800,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	815 400,00 €	815 400,00 €	784 100,00 €	784 100,00 €	784 100,00 €	784 100,00 €	784 100,00 €
	01030501	ADSE	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	01030502	Segurança Social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	785 600,00 €	785 600,00 €	784 000,00 €	784 000,00 €	784 000,00 €	784 000,00 €	784 000,00 €
	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	500 600,00 €	500 600,00 €	499 000,00 €	499 000,00 €	499 000,00 €	499 000,00 €	499 000,00 €
	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	285 000,00 €	285 000,00 €	285 000,00 €	285 000,00 €	285 000,00 €	285 000,00 €	285 000,00 €
	01030503	OUTROS	29 750,00 €	29 750,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
	010306	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €
	010308	OUTRAS PENSÕES	6 500,00 €	6 500,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €
	010309	SEGUROS	75 000,00 €	75 000,00 €	80 050,00 €	80 050,00 €	80 050,00 €	80 050,00 €	80 050,00 €
	01030901	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	75 000,00 €	75 000,00 €	80 050,00 €	80 050,00 €	80 050,00 €	80 050,00 €	80 050,00 €
	0103090101	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS (CORRENTE)	10 000,00 €	10 000,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €

		0103090102	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS (PPA)		65 000,00 €	65 000,00 €	80 000,00 €	80 000,00 €	80 000,00 €	80 000,00 €	80 000,00 €
		010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
		01031001	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
D2			Aquisição de bens e serviços		5 958 155,00 €	5 958 155,00 €	5 009 800,00 €	4 974 800,00 €	4 744 800,00 €	4 735 050,00 €	4 735 050,00 €
	01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL		16 050,00 €	16 050,00 €	4 250,00 €	4 250,00 €	4 250,00 €	4 250,00 €	4 250,00 €
		02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		16 050,00 €	16 050,00 €	4 250,00 €	4 250,00 €	4 250,00 €	4 250,00 €	4 250,00 €
		0201	AQUISIÇÃO DE BENS		5 200,00 €	5 200,00 €	1 900,00 €	1 900,00 €	1 900,00 €	1 900,00 €	1 900,00 €
		020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1 300,00 €	1 300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €
		020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		2 800,00 €	2 800,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
		02011501	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS (CORRENTE)		2 800,00 €	2 800,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
		020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		02011701	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS (CORRENTE)		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		020121	OUTROS BENS		900,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €
		02012101	OUTROS BENS (CORRENTE)		900,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €
		0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		10 850,00 €	10 850,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €	2 350,00 €
		020209	COMUNICAÇÕES		200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €	200,00 €
		020210	TRANSPORTES		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		02021001	TRANSPORTES (CORRENTE)		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €
		020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €	250,00 €
		020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		02021601	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES (CORRENTE)		50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
		020217	PUBLICIDADE		1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €
		02021701	PUBLICIDADE (CORRENTE)		1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €	1 250,00 €
		020225	OUTROS SERVIÇOS		8 800,00 €	8 800,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €
		02022501	OUTROS SERVIÇOS (CORRENTE)		8 800,00 €	8 800,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €
	02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		5 942 105,00 €	5 942 105,00 €	5 005 550,00 €	4 970 550,00 €	4 740 550,00 €	4 730 800,00 €	4 730 800,00 €

02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5 942 105,00 €	5 942 105,00 €	5 005 550,00 €	4 970 550,00 €	4 740 550,00 €	4 730 800,00 €
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	1 135 325,00 €	1 135 325,00 €	1 083 800,00 €	1 083 800,00 €	853 800,00 €	844 050,00 €
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	3 200,00 €	3 200,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	298 700,00 €	298 700,00 €	279 300,00 €	279 300,00 €	279 300,00 €	279 300,00 €
02010201	GASOLINA	17 500,00 €	17 500,00 €	9 300,00 €	9 300,00 €	9 300,00 €	9 300,00 €
02010202	GASÓLEO	107 500,00 €	107 500,00 €	80 000,00 €	80 000,00 €	80 000,00 €	80 000,00 €
02010299	OUTROS	173 700,00 €	173 700,00 €	190 000,00 €	190 000,00 €	190 000,00 €	190 000,00 €
020103	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	350,00 €	350,00 €	350,00 €	350,00 €	350,00 €	350,00 €
020104	LIMPEZA E HIGIENE	21 000,00 €	21 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €
02010401	LIMPEZA E HIGIENE (CORRENTE)	7 000,00 €	7 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €
02010402	LIMPEZA E HIGIENE (PPA)	14 000,00 €	14 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €
020105	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	386 000,00 €	386 000,00 €	581 000,00 €	581 000,00 €	351 000,00 €	351 000,00 €
02010501	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS (CORRENTE)	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €
02010502	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS (PPA)	385 000,00 €	385 000,00 €	580 000,00 €	580 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €
020106	ALIMENTAÇÃO- GÊNEROS PARA CONFECCIONAR	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	35 000,00 €	35 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €
02010701	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS (CORRENTE)	21 000,00 €	21 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €
02010702	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS (PPA)	14 000,00 €	14 000,00 €				
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €
020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	53 000,00 €	53 000,00 €	31 000,00 €	31 000,00 €	31 000,00 €	31 000,00 €
02010901	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS (CORRENTE)	50 000,00 €	50 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €
02010902	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS (PPA)	3 000,00 €	3 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €
020110	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
020111	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	28 000,00 €	28 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €	15 000,00 €
020113	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
020114	OUTRO MATERIAL - PEÇAS	45 000,00 €	45 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €	20 000,00 €
020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	55 200,00 €	55 200,00 €	24 200,00 €	24 200,00 €	24 200,00 €	20 000,00 €
02011501	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS (CORRENTE)	32 000,00 €	32 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €
02011502	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS (PPA)	23 200,00 €	23 200,00 €	14 200,00 €	14 200,00 €	14 200,00 €	10 000,00 €
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	27 200,00 €	27 200,00 €	13 200,00 €	13 200,00 €	13 200,00 €	13 200,00 €













D7111																			
D7112																			
D7113																			
D7114																			
D7115																			
	02									50,00 €					50,00 €				50,00 €
		08								50,00 €					50,00 €				50,00 €
		0805								50,00 €					50,00 €				50,00 €
		080501								50,00 €					50,00 €				50,00 €
D712										254 050,00 €					45 050,00 €				45 050,00 €
	02									254 050,00 €					45 050,00 €				45 050,00 €
		08								254 050,00 €					45 050,00 €				45 050,00 €
		0807								254 050,00 €					45 050,00 €				45 050,00 €
		080701								254 050,00 €					45 050,00 €				45 050,00 €
		08070101								254 050,00 €					45 050,00 €				45 050,00 €
		08070102								50,00 €					50,00 €				50,00 €
D713										254 000,00 €					45 000,00 €				45 000,00 €
D714																			
D72																			
D8																			
D9										26 306 209,02 €					15 154 350,00 €				15 157 350,00 €
										961 250,00 €					752 050,00 €				745 050,00 €
										50,00 €					50,00 €				50,00 €
	02									50,00 €					50,00 €				50,00 €
		09								50,00 €					50,00 €				50,00 €
		0908								50,00 €					50,00 €				50,00 €
		090802								50,00 €					50,00 €				50,00 €
D10										961 200,00 €					752 000,00 €				745 000,00 €
	02									961 200,00 €					752 000,00 €				745 000,00 €
		10								961 200,00 €					752 000,00 €				745 000,00 €
		1006								961 200,00 €					752 000,00 €				745 000,00 €

100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	961 200,00 €	961 200,00 €	838 000,00 €	752 000,00 €	749 000,00 €	745 000,00 €
	Despesa total [6] = [4] + [5]	27 267 459,02 €	27 267 459,02 €	15 906 400,00 €	15 906 400,00 €	15 906 400,00 €	15 906 400,00 €
	Saldo total [3] - [6]						
	Saldo global [1] - [4]	-7 351 209,02 €	-7 351 209,02 €	838 050,00 €	752 050,00 €	749 050,00 €	745 050,00 €

# Plano Plurianual de Investimento



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO	CLASSIFICADOR FUNCIONAL	TIPO DE PLANO	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	DATA EMISSÃO	02/03/2022
TIPO DE DOTAÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	TIPO DE RUBRICA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONOMICA	LOGIM EMISSÃO	fórmula

NOTA: \*Total Previsto (col. 21) considera o valor do Financiamento Não Definido

OBJETIVO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO		RUBRICA	FORM DE REALIZAÇÃO	GRUPO DE FONTES DE FINANCIAMENTO				DATAS		FAS DE EXERCÍCIO	VALOR ESTIMADO PERÍODO 2023 (R\$ ANT)	VALOR ESTIMADO PERÍODO 2023 (R\$ ANT)	PAGAMENTOS					TOTAL PREVISTO
	Código	Ano			Projeto	Objeto	R G	R P	C U E	EMP				Início	Fim	2021 - (Previsão Def.)	2021 - (Previsão Def.)	2022	
1.1.1.0102	2004	1	0207010301	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	1	1.339.840,28 €	3.950.109,02 €	1.957.850,00 €	1.804.950,00 €	1.739.850,00 €	1.900.700,00 €	12.690.298,30 €	
1.1.1.010801	2004	1	02070101	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	1	1.250.845,95 €	2.997.009,02 €	1.414.250,00 €	1.551.350,00 €	1.513.350,00 €	1.677.100,00 €	10.303.802,97 €	
1.1.1.0201	2004	1	0207010602	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	0	19.162,39 €	107.650,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	146.912,39 €	
1.1.1.0202	2004	1	0207010205	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	0	231.310,00 €	203.500,00 €	32.050,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	250,00 €	
1.1.1.0301	2004	1	02070107	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	2	72.905,74 €	102.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	32.850,00 €	
1.1.1.0302	2004	1	02070108	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	1	49.525,59 €	61.000,00 €	61.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	800.905,74 €	
1.1.1.0303	2004	1	02070109	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	1	17.802,20 €	43.000,00 €	8.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	20.000,00 €	150.522,56 €	
1.1.1.030402	2004	1	0207011002	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	1	117.166,76 €	367.000,00 €	367.000,00 €	100.000,00 €	100.000,00 €	170.000,00 €	904.166,76 €	
1.1.1.0305	2004	1	02070111	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	1	6.484,45 €	16.000,00 €	6.000,00 €	6.000,00 €	6.000,00 €	6.000,00 €	46.484,45 €	
1.1.1.0307	2004	1	02070112	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	0	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	250,00 €	
1.1.1.0308	2004	1	02070113	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	0	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €	250,00 €	
1.1.1.0401	2020	A	0204070102	O	3	7	0	0	02-01-2020	31-12-2025	1	103.175,71 €	402.000,00 €	90.000,00 €	100.000,00 €	110.000,00 €	120.000,00 €	925.176,71 €	
1.1.1.0403	2005	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2005	31-12-2025	9	118.341,60 €	183.959,02 €	183.959,02 €	90.000,00 €	90.000,00 €	90.000,00 €	250,00 €	
1.1.1.0404	2005	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2005	31-12-2025	9	19.000,00 €	93.000,00 €	93.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	662.300,92 €	
1.1.1.0501	2004	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	0	95.365,90 €	312.250,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	152.000,00 €	
1.1.1.0501	2004	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	0	235.000,00 €	235.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	1.327.615,90 €	
1.1.1.0501	2004	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	0	55.250,00 €	55.250,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €		
1.1.1.0501	2004	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	0	22.000,00 €	22.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €	230.000,00 €		
1.1.1.0502	2004	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	0	3.193,54 €	1.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	24.193,54 €	
1.1.1.07	2004	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	9	334.000,00 €	459.000,00 €	459.000,00 €	450.000,00 €	450.000,00 €	450.000,00 €	2.599.000,00 €	
1.1.1.1.201	2004	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2004	31-12-2025	1	28.499,10 €	105.000,00 €	105.000,00 €	134.000,00 €	134.000,00 €	134.000,00 €	669.499,10 €	
1.1.1.01	2015	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2015	31-12-2025	0	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	
1.1.1.02	2015	A	0204070102	O	3	7	0	0	01-01-2015	31-12-2021	9	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	
1.1.1.05	2017	A	0204070102	O	3	7	0	0	20-02-2020	31-12-2025	9	1.775,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	100.150,00 €	
1.1.1.0101	2020	A	0204070102	O	3	7	0	0	20-02-2020	31-12-2025	9	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	31.775,00 €	
1.1.1.0102	2020	A	0204070102	O	3	7	0	0	20-02-2020	31-12-2025	9	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	21.000,00 €	
1.1.1.02	2020	A	0204070102	O	3	7	0	0	04-06-2020	31-12-2021	9	7.983,93 €	94.000,00 €	94.000,00 €				101.983,93 €	
1.1.1.02	2020	A	02070107	O	3	7	0	0	02-07-2020	31-12-2025	9	71.000,00 €	71.000,00 €	71.000,00 €					
1.1.1.02	2020	A	02070108	O	3	7	0	0	02-07-2020	31-12-2025	9	6.000,00 €	6.000,00 €	6.000,00 €					
1.1.1.02	2020	A	02070115	O	3	7	0	0	02-07-2020	31-12-2025	9	16.000,00 €	16.000,00 €	16.000,00 €					
1.1.1.02	2020	A	0207030301	O	3	7	0	0	02-07-2020	31-12-2025	9	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €					
1.1.1.03	2020	A	0202010402	O	3	7	0	0	04-05-2020	31-12-2021	9	25.154,07 €	159.400,00 €	159.400,00 €				184.554,07 €	
1.1.1.03	2020	A	0202010402	O	3	7	0	0				14.000,00 €	14.000,00 €						
1.1.1.03	2020	A	0202010702	O	3	7	0	0				14.000,00 €	14.000,00 €						









# **Demonstração de Desempenho Orçamental**

# DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Data  
02-03-2022

Ano : 2021  
Período: 01-01-2021

30-12-2021

Rubrica	Classificação		Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2021)						TOTAL	2020	
	Orgânica	Económica		RP	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS				
			Saldo de gerência anterior	8 312 459,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	889 144,56 €	9 201 603,58 €	6 555 867,24 €
			Operações orçamentais [1]	8 312 459,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 312 459,02 €	5 739 343,20 €
			Restituição do saldo oper. orçamentais	8 312 459,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 312 459,02 €	5 739 343,20 €
			Operações de tesouraria [A]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1			Receita corrente	14 295 804,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	889 144,56 €	889 144,56 €	816 524,04 €
			Receita fiscal	4 060 124,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 295 804,98 €	14 051 223,58 €
R11			Impostos diretos	4 060 124,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 060 124,44 €	4 116 811,69 €
	01		IMPOSTOS DIRECTOS	4 060 124,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 060 124,44 €	3 831 484,88 €
	0102		OUTROS	4 060 124,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 060 124,44 €	0,00 €
	010202		IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	2 293 132,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 293 132,12 €	0,00 €
	010203		IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	639 222,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	639 222,72 €	0,00 €
	010204		IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	689 100,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	689 100,15 €	0,00 €
R12			DERRAMA	438 669,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	438 669,45 €	0,00 €
			Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	285 326,81 €
R2			Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3			Taxas, multas e outras penalidades	498 387,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	498 387,01 €	318 927,80 €
	04		TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	498 387,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	498 387,01 €	0,00 €
	0401		TAXAS	490 739,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	490 739,94 €	0,00 €
	040123		TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	490 739,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	490 739,94 €	0,00 €
	04012302		LOTEAMENTO E OBRAS	149 698,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	149 698,73 €	0,00 €
	0401230201		PESSOAS SINGULARES	67 270,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	67 270,84 €	0,00 €
	0401230202		EMPRESAS	82 427,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	82 427,89 €	0,00 €
	04012303		OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	2 900,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 900,35 €	0,00 €
	04012306		Saneamento	315 372,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	315 372,77 €	0,00 €
	0401230601		TAXA DE LIGAÇÃO	811,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	811,80 €	0,00 €
	0401230602		TAXA DE CONSERVAÇÃO	314 560,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	314 560,97 €	0,00 €

	04012308	TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM	7 505,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 505,41 €	0,00 €	0,00 €
	04012399	OUTRAS	15 262,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 262,68 €	0,00 €	0,00 €
	0401239999	OUTRAS	15 262,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 262,68 €	0,00 €	0,00 €
	0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	7 647,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 647,07 €	0,00 €	0,00 €
	040201	JUROS DE MORA	6 847,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 847,07 €	0,00 €	0,00 €
	040204	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENAÇÕES	800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	800,00 €	0,00 €	0,00 €
R4		Rendimentos de propriedade	686 411,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	686 411,44 €	0,00 €	685 144,87 €
	05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	686 411,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	686 411,44 €	0,00 €	0,00 €
	0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	299,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	299,91 €	0,00 €	0,00 €
	050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	299,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	299,91 €	0,00 €	0,00 €
	0507	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1 465,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 465,12 €	0,00 €	0,00 €
	050703	EMPRESAS PRIVADAS	1 465,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 465,12 €	0,00 €	0,00 €
	0510	RENDAS	684 646,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	684 646,41 €	0,00 €	0,00 €
	051099	OUTROS	684 646,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	684 646,41 €	0,00 €	0,00 €
R5		Transferências e subsídios correntes	7 458 403,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 458 403,23 €	0,00 €	7 383 222,68 €
R51		Transferências correntes	7 458 403,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 458 403,23 €	0,00 €	7 383 222,68 €
R511		Administrações Públicas	7 458 403,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 458 403,23 €	0,00 €	7 383 222,68 €
R5111		Administração Central - Estado Português	7 458 403,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 458 403,23 €	0,00 €	7 383 222,68 €
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7 458 403,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 458 403,23 €	0,00 €	0,00 €
	0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	7 458 403,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 458 403,23 €	0,00 €	0,00 €
	060301	ESTADO	7 435 723,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 435 723,67 €	0,00 €	0,00 €
	06030101	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	5 943 011,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 943 011,00 €	0,00 €	0,00 €
	06030102	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	485 612,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	485 612,00 €	0,00 €	0,00 €
	06030103	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS	530 023,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	530 023,00 €	0,00 €	0,00 €
	06030107	PARTICIPAÇÃO NO IVA	105 243,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	105 243,48 €	0,00 €	0,00 €
	06030199	OUTRAS	371 834,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	371 834,19 €	0,00 €	0,00 €
	060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	22 679,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22 679,56 €	0,00 €	0,00 €
R5112		Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5113		Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5114		Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5115		Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R512		Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R513		Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R52		Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6		Venda de bens e serviços	1 412 812,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 412 812,62 €	0,00 €	1 414 649,64 €



07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 412 812,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 412 812,62 €	0,00 €	0,00 €
0701	VENDA DE BENS	833 702,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	833 702,01 €	0,00 €	0,00 €
070111	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	833 702,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	833 702,01 €	0,00 €	0,00 €
07011103	Água	833 702,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	833 702,01 €	0,00 €	0,00 €
0701110301	ÁGUA - TAXA DE LIGAÇÃO	64,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	64,72 €	0,00 €	0,00 €
0701110302	ÁGUA - BEM (6%)	833 637,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	833 637,29 €	0,00 €	0,00 €
0702	SERVIÇOS	553 874,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	553 874,26 €	0,00 €	0,00 €
070208	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	71 112,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	71 112,56 €	0,00 €	0,00 €
07020803	Serviços Culturais	156,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	156,60 €	0,00 €	0,00 €
0702080300	SERVIÇOS CULTURAIS	156,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	156,60 €	0,00 €	0,00 €
07020804	SERVIÇOS DESPORTIVOS	70 955,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70 955,96 €	0,00 €	0,00 €
070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	482 761,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	482 761,70 €	0,00 €	0,00 €
07020902	RESÍDUOS SÓLIDOS	277 154,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	277 154,34 €	0,00 €	0,00 €
07020903	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	6 004,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 004,25 €	0,00 €	0,00 €
0702090302	TRANSPORTES ESCOLARES	6 004,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 004,25 €	0,00 €	0,00 €
07020904	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	302,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	302,88 €	0,00 €	0,00 €
07020905	CEMITÉRIOS	25 815,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	25 815,37 €	0,00 €	0,00 €
07020906	MERCADOS E FEIRAS	652,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	652,53 €	0,00 €	0,00 €
07020907	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	34 804,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34 804,45 €	0,00 €	0,00 €
07020999	OUTROS	138 027,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138 027,88 €	0,00 €	0,00 €
0703	RENDAS	25 236,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	25 236,35 €	0,00 €	0,00 €
070301	HABITAÇÕES	2 867,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 867,44 €	0,00 €	0,00 €
070302	EDIFÍCIOS	22 368,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22 368,91 €	0,00 €	0,00 €
08	Outras receitas correntes	179 666,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	179 666,24 €	0,00 €	132 466,90 €
0801	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	179 666,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	179 666,24 €	0,00 €	0,00 €
080199	OUTRAS	179 666,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	179 666,24 €	0,00 €	0,00 €
08019999	OUTRAS	179 666,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	179 666,24 €	0,00 €	0,00 €
080199999	DIVERSAS	179 666,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	179 666,24 €	0,00 €	0,00 €
R7	Receita de capital	3 345 260,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 345 260,22 €	0,00 €	3 700 248,47 €
R8	Venda de bens de investimento	33 864,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33 864,00 €	0,00 €	273 893,50 €
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	33 864,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33 864,00 €	0,00 €	0,00 €
0901	TERRENOS	23 384,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 384,85 €	0,00 €	0,00 €
090101	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €
090110	FAMÍLIAS	13 384,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 384,85 €	0,00 €	0,00 €
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	10 479,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 479,15 €	0,00 €	0,00 €
090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	10 479,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 479,15 €	0,00 €	0,00 €
09040101	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	10 479,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 479,15 €	0,00 €	0,00 €

R9			Transferências e subsídios de capital	3 292 519,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 292 519,30 €	0,00 €	3 292 519,30 €	3 369 194,23 €
R91			Transferências de capital	3 292 519,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 292 519,30 €	0,00 €	3 292 519,30 €	3 369 194,23 €
R911			Administrações Públicas	3 292 519,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 292 519,30 €	0,00 €	3 292 519,30 €	3 369 194,23 €
R9111			Administração Central - Estado Português	3 292 519,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 292 519,30 €	0,00 €	3 292 519,30 €	3 369 194,23 €
	10		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3 292 519,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 292 519,30 €	0,00 €	3 292 519,30 €	0,00 €
	1003		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3 292 519,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 292 519,30 €	0,00 €	3 292 519,30 €	0,00 €
	100301		ESTADO	1 429 611,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 429 611,00 €	0,00 €	1 429 611,00 €	0,00 €
	10030101		FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	660 335,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	660 335,00 €	0,00 €	660 335,00 €	0,00 €
	10030105		ART. 35°, N.º 3 DA LEI 73/2013	769 276,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	769 276,00 €	0,00 €	769 276,00 €	0,00 €
	100307		ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1 862 908,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 862 908,30 €	0,00 €	1 862 908,30 €	0,00 €
	10030701		QUADRO COMUNITÁRIO	1 862 908,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 862 908,30 €	0,00 €	1 862 908,30 €	0,00 €
R9112			Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9113			Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9114			Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9115			Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R912			Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R913			Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R92			Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10			Outras receitas de capital	18 876,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 876,92 €	0,00 €	18 876,92 €	57 160,74 €
	13		OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	18 876,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 876,92 €	0,00 €	18 876,92 €	0,00 €
	1301		OUTRAS	18 876,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 876,92 €	0,00 €	18 876,92 €	0,00 €
	130199		OUTRAS	18 876,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 876,92 €	0,00 €	18 876,92 €	0,00 €
R11			Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
			Receita efetiva [2]	17 641 065,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 641 065,20 €	0,00 €	17 641 065,20 €	17 751 472,05 €
			Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	900 719,92 €
R12			Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13			Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	900 719,92 €
			Soma [4] = [1] + [2] + [3]	25 953 524,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	25 953 524,22 €	0,00 €	25 953 524,22 €	24 391 535,17 €
			Operações de tesouraria [B]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	225 938,75 €	231 417,08 €	231 417,08 €
D1			Despesa corrente	11 232 764,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 232 764,75 €	0,00 €	11 232 764,75 €	9 953 221,71 €
			Despesas com o pessoal	4 571 356,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 571 356,09 €	0,00 €	4 571 356,09 €	4 367 209,27 €
D11			Remunerações Certas e Permanentes	3 412 708,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 412 708,18 €	0,00 €	3 412 708,18 €	3 279 075,02 €
	02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	3 412 708,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 412 708,18 €	0,00 €	3 412 708,18 €	0,00 €
		01	DESPESAS COM O PESSOAL	3 412 708,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 412 708,18 €	0,00 €	3 412 708,18 €	0,00 €
		0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3 412 708,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 412 708,18 €	0,00 €	3 412 708,18 €	0,00 €

